



Anais da Assembléia

Nº 168

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
 PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
 PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
 PDT Deputado PAULO MAIA
 PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
 PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
 PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
 PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
 PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
 (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Severino Felix (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Dalton Machuca, Cleiton Kielse, Eurides Moura, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo e Toti Colaço (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO

A N E X O

I

FL 01

CRS 1 000,00

I

I

ESPECIFICAÇÃO

INATUREZA

DA IFTIDI

IDESPESA I IRI

VALOR

IN DOI

IPROCI

ICOP I

2100 I SECRETARIA DE ESTADO DA
 I ADMINISTRACAO
 I
 2102 I GABINETE DO SECRETARIO -
 I IDENTIDADES VINCULADAS
 I 2792 I PROGRAMACAO A CARGO DO DEAM

I I I I
 I I I I
 I I I I
 I I I I
 I 4311.021001 I

271.000 103861

T O T A L I

271.000 I

MENSAGEM Nº 102/92

Curitiba, 12 de novembro de 1992.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com aquisição de equipamentos de informática para o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		
ANEXO						CRS 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI	ICOP
I	I	I	I	I	I	I	I	I
2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO	I	I	I I		I	I	
2102	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I	I	
2011	IAQUISICAO CENTRALIZADA DE IMATERIAIS - DEAM	I	I	I I		I	I	
2103	IDIRETORIA GERAL	I	4311.02	100ILI	84.000	I	103861	
2795	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA ISEAD	I	I	I I		I	I	
2797	IADMINISTRACAO DO COMPLEXO DO ICENTRO CIVICO	I	4120.00	100ILI	148.000	I	103861	
		I	4120.00	100ILI	39.000	I	103861	
T O T A L					I	271.000	I	

SUPLEMENTACAO		A N E X O		I I I		FL. 02		
ANEXO						CRS 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI	ICOP
I	I	I	I	I	I	I	I	I
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO - ENTIDADES IVINCULADAS	I	I	I I		I	I	
2252	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE IADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM	I	I	I I		I	I	
2793	IMANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE IADMINISTRACAO DE MATERIAL	I	4120.00	100ILI	271.000	I	103861	
T O T A L					I	271.000	I	

CANCELAMENTO		A N E X O		I V		FL. 02		
ANEXO						CRS 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DOI	IPROCI	ICOP
I	I	I	I	I	I	I	I	I
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO - ENTIDADES IVINCULADAS	I	I	I I		I	I	
2252	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE IADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM	I	I	I I		I	I	
2019	ICOMPRA E FORNECIMENTO DE IMATERIAIS - DEAM	I	4120.00	100ILI	84.000	I	103861	
T O T A L					I	84.000	I	

Curitiba, 12.11.92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.229.216.000,00 (hum bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, duzentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da fundação de Ação Social do Paraná FASPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com serviços de terceiros, subvenções sociais a Entidades Sociais e apoio a Prefeituras Municipais e Entidades Sociais para despesas de capital.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Entidade referida ao exercício de 1991.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.229.216.000,00 (hum bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, duzentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Entidade referente ao exercício de 1991.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterada a receita de Recolhimento Descentralizado, aprovada pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILC IFTIDI INI	VALOR	IN. DO IPROC. ICODE
0000	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I I I		I
0000	DE DA AÇÃO SOCIAL - ENTIDADES	I	I I I		I
0000	INVINCULADAS	I	I I I		I
0000	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ	I	I I I		I
0000	DE FASPAR	I	I I I		I
0000	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS	I	I I I		I
0000	UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS	I	3132.00I90ILI	400.000	144431
0000	AÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DE UNIDADES	I	I I I		I
0000	COMUNITARIAS E MUNICIPAIS	I	3231.00I90ILI	200.000	144431
		I	4323.00I90ILI	259.216	144431
		I	4331.00I90ILI	300.000	144431
		T O T A L		1.229.216	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II		FL. 01	
				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
19900599	Saldo de exercicios anteriores - recursos diversos	90	1.229.216		

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 12 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assemblêia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 80.078.000,00 (oitenta milhões e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas de materiais de consumo dos 14 (quatorze) Escritórios Regionais e da sede do DECOM para os meses de outubro, novembro e dezembro do corrente exercício. Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 80.078.000,00 (oitenta milhões e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta Lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção- DECOM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo III desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
				CRS 1.000,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	ILTI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICCP	I
2100	SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I		I	I
	ADMINISTRACAO	I	I	I I		I	I
		I	I	I I		I	I
2102	GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I	I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I	I
2569	PROGRAMACAO A CARGO DO DECOM	I	3211.03	100ILI	80.078	I0446	I
		T O T A L		I	80.078	I	

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
				CRS 1.000,00		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	ILTI	VALOR	IN. DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICCP	I
1700	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I	I I		I	I
	RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I	I I		I	I
		I	I	I I		I	I
1701	PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I	I I		I	I
	IE MULTISSETORIAIS	I	I	I I		I	I
2688	APOIO A NECESSIDADES PRIORITARIAS	I	I	I I		I	I
	IE A PROGRAMAS EVENTUAIS E/OU	I	I	I I		I	I
	IE EMERGENCIAIS	I	4130.00	100ILI	80.078	I0446	I
		T O T A L		I	80.078	I	

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I			FL. 02	
					CRS 1.000,00	
-----*		*-----*			*-----*	
LCODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FTIDI	VALOR	IN. DOI
I	I	IDESPESA I	IRI			IPROCI
-----		*-----*			*-----*	
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I		I I
	IADMINISTRACAO - ENTIDADES	I	I	I I		I I
	IVINCULADAS	I	I	I I		I I
	I	I	I	I I		I I
2250	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I	I I		I I
	ICONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAOI	I	I	I I		I I
	I- DECOM	I	I	I I		I I
2568	ICOORDENACAO E EXECUCAO DA	I	I	I I		I I
	IPROGRAMACAO DO DECOM	I	3120.00	I00ILI	80.078	I0446I
----- <th colspan="3">*-----*</th> <th colspan="2">*-----*</th>		*-----*			*-----*	
		T O T A L I			80.078 I	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 105/92

Curitiba, 12 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 269.662.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade de Artes do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com custeio das referidas Instituições de Ensino Superior, continuidade às obras de conclusão do prédio da Faculdade de Jacarezinho e aquisição de equipamentos e material permanente para a Faculdade de Artes do Paraná.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das referidas entidades, no exercício de 1991 e de excesso de arrecadação da Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 269.662.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade de Artes do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das referidas entidades, no exercício de 1991 e de excesso de arrecadação da Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta Lei, fica alterada a Receita de Recolhimento Descentralizado, aprovada pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, terça, em 24.11.92

Pág. 07

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01		CRS 1.000,00	
ANEXO							
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN. DO I	PROCI	ICOP I
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA		I I I		I	I	
	DE DO COMERCIO - ENTIDADES		I I I		I	I	
	VINCULADAS		I I I		I	I	
1226	FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE		I I I		I	I	
	FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE		I I I		I	I	
	PARANAGUA		I I I		I	I	
2502	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO		I I I		I	I	
	ENSINO SUPERIOR EM PARANAGUA	3120.00	I40ILI	10.394	142371		
1230	FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	3132.00	I40ILI	22.000	142371		
	EDUCACAO FISICA DE JACAREZINHO		I I I		I	I	
1147	EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA AI		I I I		I	I	
	FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO		I I I		I	I	
	FISICA DE JACAREZINHO	4110.00	I40ILI	27.776	142681		
1238	FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE		I I I		I	I	
	DIREITO DO NORTE PIONEIRO		I I I		I	I	
2511	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO		I I I		I	I	
	ENSINO DE DIREITO EM JACAREZINHO	3120.00	I40ILI	91.884	144941		
1238	FUNDACAO FACULDADE DE ARTES DO		I I I		I	I	
	PARANA		I I I		I	I	
1157	EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA		I I I		I	I	
	FACULDADE DE ARTES DO PARANA	4120.00	I40ILI	77.608	142751		
2518	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO		I I I		I	I	
	ENSINO SUPERIOR EM EDUCACAO		I I I		I	I	
	ARTISTICA E MUSICAL	3120.00	I40ILI	20.000	142761		
		3132.00	I40ILI	20.000	142761		
TOTAL			I	269.662	I		

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II		FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
1390.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	40	60.000		
1990.05.00	Saldo de Exercicios Anteriores	40	209.662		
TOTAL					269.662

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 12 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assemblêia Legislativa o anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.706.000,00 (treze milhões, setecentos e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com custeio e aquisição de material permanente necessárias para a manutenção da entidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da entidade, no exercício de 1991.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.706.000,00 (treze milhões, setecentos e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da entidade, no exercício de 1991.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita por Fontes, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
				CRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN DO I PROCI
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA E DO COMERCIO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
1242	FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE UNIAO DA VITORIA	I	I I I		I
1159	EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA IFACULDADE ESTADUAL DE UNIAO DA VITORIA	I	I I I		I
2522	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR EM UNIAO DA VITORIA	I	I I I		I
		4120.00	140ILI	9.000	14703I
		3120.00	140ILI	4.706	14703I
TOTAL				13.706	

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II	FL 01
ANEXO			Cr\$ 1.000,00.
CODIGO	ESPECIFICACAO	ET	VALOR
	IFUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIENCIAS E LETRAS DE UNIAO DA VITORIA		
1990.05.00	Saldo de Exercicios Anteriores	40	13.706
TOTAL			13.706

MENSAGEM Nº 107/92

Curitiba, 12 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 807.240.000,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos das Secretarias de Estado da Administração, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, visando atender despesas com processamento de dados do Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção - DECOM, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações dos próprios órgãos e da Chefia do Poder Executivo.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a V.Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 807.240.000,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos das Secretarias de Estado da Administração, do Desenvolvimento Urbano, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, e da Secretaria de

Estado do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações dos próprios órgãos e da Chefia do Poder Executivo, através da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, a programação orçamentária global da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, aprovado pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992 e pelo Decreto nº 1.583, de 02 de setembro de 1992, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os demonstrativos da receita por fontes da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, do Departamento de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, conforme Anexos V, VI, VII, VIII e IX desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	DA	FT	VALOR	IN DOI
	DESPESA	I	IRI		IPROCI
					ICOP I
2100 SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I		I I
ADMINISTRAÇÃO	I	I	I I		I I
2108 GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I I
IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I I
2109 PROGRAMAÇÃO A CARGO DO DECOM	I	3211.03100ILI		296.260	10437I
4100 SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I I
DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I	I I		I I
MEIO-AMBIENTE	I	I	I I		I I
4108 GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I I
IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I I
2601 PROGRAMAÇÃO A CARGO DA COMEC	I	3211.03100ILI		55.000	10419I
4500 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I	I I		I I
AMBIENTE	I	I	I I		I I
I	I	I	I I		I I
4502 GABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I I
IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I I
2624 PROGRAMAÇÃO A CARGO DO IAP	I	3211.03100ILI		455.980	10538I
T O T A L		I		807.240	I

7 240 I *[Signature]*
8mm = 196

SUPLEMENTACAO		ANEXO		III		FL. 02		I	
ANEXO						CR\$ 1.000,00		I	
COLOCACAO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IL	IL	VALOR	IN. DO	PROCI	ICOP
		DA	IFTIDI	IRI					
1.2000	SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I	I		I	I	
	ADMINISTRACAO - ENTIDADES	I	I	I	I		I	I	
	INVINCULADAS	I	I	I	I		I	I	
		I	I	I	I		I	I	
1.2050	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I	I	I		I	I	
	CONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO	I	I	I	I		I	I	
	DE DECOM	I	I	I	I		I	I	
1.2058	COORDENACAO E EXECUCAO DA	I	I	I	I		I	I	
	PROGRAMACAO DO DECOM	I	3132.04100	IL		296.260	I0437	I	

SUPLEMENTADAO		A N E X O I I I			FL. 03	
ANEXO					CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN. DOI	
		DA IFTIDI	IRI		PRUCI	
		DESPESA I	IRI		ICOP I	
4200	SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I	I
	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I	I
	MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	I I I		I	I
	VINCULADAS	I	I I I		I	I
4298	COORDENACAO DA REGIAO	I	I I I		I	I
	METROPOLITANA DE CURITIBA - COMECI	I	I I I		I	I
4333	ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA	I	I I I		I	I
	ICOMEC	I	3132.04100ILI	55.000	104191	
4300	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I		I	I
	AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
4395	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -	I	I I I		I	I
	IIAP	I	I I I		I	I
2626	ADMINISTRACAO E OPERACIONALIZACAO	I	I I I		I	I
	IDAS ATIVIDADES DO IAP	I	3132.04100ILI	455.980	105381	
		T O T A L I			807.240	I

CANCELAMENTO		A N E X O I V			FL. 04	
ANEXO					CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN. DOI	
		DA IFTIDI	IRI		PRUCI	
		DESPESA I	IRI		ICOP I	
1000	COMISSAO DO PODER EXECUTIVO -	I	I I I		I	I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
1047	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I	I I I		I	I
	COPEL	I	I I I		I	I
2530	GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E	I	I I I		I	I
	OPERACIONAL DA COPEL	I	4361.00100ILI	752.240	105381	
4300	SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I	I
	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I	I
	MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	I I I		I	I
	VINCULADAS	I	I I I		I	I
4298	COORDENACAO DA REGIAO	I	I I I		I	I
	METROPOLITANA DE CURITIBA - COMECI	I	I I I		I	I
4333	ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA	I	I I I		I	I
	ICOMEC	I	4120.00100ILI	55.000	104191	
		T O T A L I			807.240	I

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01
		ANEXO	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL		
2521.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00	752.240
TOTAL			752.240

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO VI	FL. 01
		ANEXO	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEPARTAMENTO DE CONSTRUCAO DE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM		
1712.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00	296.260
TOTAL			296.260

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO VII	FL. 01
		ANEXO	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC		
1712.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00	55.000
TOTAL			55.000

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO ANEXO VIII		FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC				
2412.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00	55.000		
T O T A L			55.000		
ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO ANEXO IX		FL. 01 Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP				
1712.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00	455.980		
T O T A L			455.980		

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 108/92

Curitiba, 12.11.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 26.302.032.000,00 (vinte e seis bilhões, trezentos e dois milhões e trinta e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com processamento de dados.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Chefia do Poder Executivo, da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado dos Transportes.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 26.302.032.000,00 (vinte e seis bilhões, trezentos e dois milhões e trinta e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações da Chefia do Poder Executivo, da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado dos Transportes, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR e do Departamento de Estradas de

Rodagem - DER, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme anexo III desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 3º desta lei, ficam alterados os demonstrativos da receita por fontes da Fundação de Assistência aos Municípios do

Estado do Paraná - FAMEPAR e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01		1	
ANEXO				CRS 1.000,00		1	
ICODIG01	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DOI	IPROCI	ICOP I
		I DA	IFTIDI				
		IDESPESA I	IRI				
1700	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO -	1	1 I I		1	1	
	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPL	1	1 I I		1	1	
		1	1 I I		1	1	
1701	PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS, REGIONAIS	1	1 I I		1	1	
	DE MULTISETORIAIS	1	1 I I		1	1	
2688	SUPOIO A NECESSIDADES PRIORITARIAS	1	1 I I		1	1	
	DE A PROGRAMAS EVLNTUAIS E/OU	1	1 I I		1	1	
	EMERGENCIAIS	1	1 I I		1	1	
		1	3132.04100ILI	26.302.032	10434I		
		T O T A L		26.302.032	1		

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		1	
ANEXO				CRS 1.000,00		1	
ICODIG01	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DOI	IPROCI	ICOP I
		I DA	IFTIDI				
		IDESPESA I	IRI				
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	1	1 I I		1	1	
		1	1 I I		1	1	
0901	CABINETE DO SECRETARIO - CASA	1	1 I I		1	1	
	CIVIL	1	1 I I		1	1	
2758	SUPOIO A ACOES DE NATUREZA SOCIAL	1	1 I I		1	1	
	DE CULTURAL	1	1 I I		1	1	
		1	4130.00100ILI	4.578.000	10434I		
3300	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	1	1 I I		1	1	
		1	1 I I		1	1	
3304	SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	1	1 I I		1	1	
2773	ADMINISTRACAO DOS NUCLEOS	1	1 I I		1	1	
	REGIONAIS DE EDUCACAO	1	1 I I		1	1	
2775	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1	1 I I		1	1	
	FUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	1	1 I I		1	1	
	PRE-ESCOLAR	1	1 I I		1	1	
		1	3132.00100ILI	4.432.054	10434I		

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 02	
		ANEXO		CRS 1.000,00	
ICOD1601	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN DOI
I	I	DA IFTIDI	IRI		IFROCI
I	I	DESPESA I	IRI		ICOP I
1 4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I I
1	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I I
1	MEIO-AMBIENTE	I	I I I		I I
1	I	I	I I I		I I
1 4102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
1	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1 1067	IPROGRAMA ESTADUAL DE	I	I I I		I I
1	DESENVOLVIMENTO URBANO - FEDU/FDU	I 4313.00	I00ILI	10.069.978	104341
1	I	I	I I I		I I
1 4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
1	TRANSPORTES	I	I I I		I I
1	I	I	I I I		I I
1 4302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
1	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1 1022	IPROGRAMA BID IV - DLR	I 3211.03	I00ILI	6.222.000	104341
TOTAL				26.302.032	I

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 02	
		ANEXO		CRS 1.000,00	
ICOD1601	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN DOI
I	I	DA IFTIDI	IRI		IFROCI
I	I	DESPESA I	IRI		ICOP I
1 4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I I
1	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I I
1	MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	I I I		I I
1	VINCULADAS	I	I I I		I I
1	I	I	I I I		I I
1 4286	IFUNDACAO DE ASSISTENCIA AOS	I	I I I		I I
1	MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -	I	I I I		I I
1	IFAMEPAR	I	I I I		I I
1 1107	IMPRESTIMOS AOS MUNICIPIOS -	I	I I I		I I
1	IPEDU/FDU	I 4130.00	I00ILI	3.973.711	104341
1	I	I 4270.00	I00ILI	6.096.267	104341
1	I	I	I I I		I I
1 4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I I
1	TRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I I
1	VINCULADAS	I	I I I		I I
1	I	I	I I I		I I
1 4490	ISEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I I
1	PROJAGEM - DER	I	I I I		I I
1 1024	IMELHORIAS NA REDE RODOVIARIA	I	I I I		I I
1	ESTADUAL - BID IV	I 3120.00	I00ILI	3.248.000	104341
1	I	I 3132.00	I00ILI	2.274.000	104341
TOTAL				16.291.978	I

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	FUNDACAO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA - FAMEPAR			
2412.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00	10.069.978	
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER			
1712.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00	6.222.000	
T O T A L			16.291.978	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 109/92

Curitiba, 12 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com processamento de dados da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do

meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria Entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I	FL. 01	CRS 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DOI IPRUCI ICOP I
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I I I I		I I
	ENTIDADES VINCULADAS	I I I I		I I
3470	FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA - FUNDEPAR	I I I I		I I
3470	ADMINISTRACAO DA FUNDEPAR	I 3132.04100ILI	2.300.000	104561
T O T A L			2.300.000	

CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01	I	
ANEXO						CRS 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IL	IL	VALOR	IN. DO	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI	I		ICOP	I
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I		I	I		I	I
	- ENTIDADES VINCULADAS	I		I	I		I	I
	I	I		I	I		I	I
3470	FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO	I		I	I		I	I
	IPARANA - FUNDEPAR	I		I	I		I	I
2749	APOIO LOGISTICO AS ESCOLAS	I		I	I		I	I
	ESTADUAIS E AO ESTUDANTE	I		I	I		I	I
		3259.00	I	100	ILI	2.300.000	10456	I
T O T A L						2.300.000	I	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 110/92

Curitiba, 12 de novembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas referentes a material de consumo, outros serviços e encargos, e processamento de dados.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Tribunal de Alçada.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto

apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de cr\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio Tribunal de Alçada, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O		I		FL. 01	I	
ANEXO						CRS 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IL	IL	VALOR	IN. DO	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI	I		ICOP	I
0700	TRIBUNAL DE ALCADA	I		I	I		I	I
	I	I		I	I		I	I
0701	TRIBUNAL DE ALCADA	I		I	I		I	I
	I	I		I	I		I	I
2765	ATIVIDADES JUDICIARIAS - JA	I		I	I		I	I
	I	3120.00	I	100	ILI	178.000	10752	I
	I	3132.00	I	100	ILI	180.000	10752	I
	I	3132.04	I	100	ILI	67.000	10752	I
T O T A L						425.000	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
I ANEXO				CRS 1.000,00		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II	FL. 01
		ANEXO	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO, CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI		
1210.99.01	Contribuicao Escolar	40	22.000
1390.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	40	700.000
T O T A L			722.000

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº DTL/SAT/298/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 204/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/299/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 104/92, por julgar parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº ATCC 3361/92, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações do Deputado Luiz Carlos Martins, sobre "Tarifas de Energia Elétrica". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob os nºs DTL/SAT/300, 301, 302, 303, 304, 305, 306 e 308/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

261/92: Do Poder Executivo, que dispõe que os ex-integrantes das extintas carreiras de Inspetor de Trânsito e de Guarda de Trânsito, do DETRAN, terão a remuneração que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.130. Anote-se - Arquivo-se.

199/92: De autoria do Deputado Domingos Carvalho, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Hospital Ana Fiorillo Menarim, com sede e foro na Cidade de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.131. Anote-se - Arquivo-se.

237/92: De autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Santos Dumont, com sede e foro na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.132. Anote-se - Arquivo-se.

038/92: De autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado de Guaraniaçu, com sede e foro no município, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.133. Anote-se - Arquivo-se.

256/92: De autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Ibiaporã - ACEI - com sede e foro na Cidade de Ibiaporã, Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 10.134. Anote-se - Arquivo-se.

286/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da SETR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.135. Anote-se - Arquivo-se.

284/92: Do Poder Executivo, que converte em participação acionária do Estado no capital social da SANEPAR, recursos financeiros no valor de Cr\$ 523.396.302.889,67 (quinhentos e vinte e três bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, trezentos e dois mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros e sessenta e sete centavos) do FAE/PR, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.136. Anote-se - Arquivo-se.

309/92: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00 (vinte e sete bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da FUNDEPAR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10,138. **Anote-se - Arquive-se.**

darã ao presente, renovamos nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(aa) CEZAR SILVESTRI

ALCEU SWAROWSKI

PROJETO DE LEI Nº 368/91

OFICIO Nº 00980/DG/DNER

Do: Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

Endereço: SAN-Quadra 03 - Lote "A" - 4º andar - Brasília / DF

Assunto: Liberação de recursos para trechos das rodovias BR's 476, 153 e 277, no Estado do Paraná.

Senhor Presidente.

Em atenção ao assunto tratado por Vossa Excelência, através da correspondência de 10.11.92, temos a informar que mostramos ao Deputado Heinz Georg Herwig estar o DNER aguardando apenas que o Congresso Nacional autorize a abertura de Crédito Especial, solicitado desde o início de setembro/92 e que os recursos sejam descontingenciados para que possamos pagar os serviços já realizados, e autorizarmos a sua continuidade.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) INARO FONTAN PEREIRA

Diretor-Geral

Ofício nº SPB 1461/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 24.11.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) ROSSONI

Of. 113/92

Senhor Presidente.

Através do presente, estamos encaminhando para apreciação dessa Secretaria, o Projeto de Lei nº 368/92 que visa instituir o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná-RODOPAR.

Tal solicitação vem de encontro ao pedido de diligência, formulado pelos Senhores Deputados Relatores das Comissões de Finanças e de Obras Públicas desta Casa, para que o referido Projeto de Lei possa ser votado em Plenário.

Assim sendo, e considerando-se que o mencionado Projeto foi retirado da Ordem do Dia por um prazo de cinco (5) sessões, solicitamos suas gestões, no sentido de ser emitido parecer técnico dessa Secretaria, em prazo não superior a cinco (5) dias do recebimento do presente.

Certos da atenção que Vossa Excelência

. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Súmula: Institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, com o objetivo de proporcionar a integração das várias regiões estaduais, atendendo as necessidades de transporte e melhoria dos eixos de escoamento da produção.

Art. 2º - O plano ora instituído deverá ter sua execução efetivada no decorrer dos próximos vinte e cinco (25) anos, mediante prévia escala de prioridade mas com rigorosa observância dos traçados das rotas estabelecidas pelo anexo (fls. 001/056) que passa a integrar a presente lei.

Parágrafo Único - A escala de prioridades mencionada no "caput" deste artigo, será definida pelo Poder Executivo que, em cumprimento ao que determina o art. 133, § 2º, da Constituição Estadual, obrigatoriamente a incluirá no plano plurianual.

Art. 3º - Os recursos necessários à implementação do RODOPAR correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Leis de Meios correspondentes ao período previsto no artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em 26.08.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto de lei que ora apresentamos à apreciação desta egrégia Assembléia Legislativa, é o resultado de um trabalho brilhante e altamente elaborado pelo eminente Engenheiro e Professor Dr. Eurico Dacheux de Macedo, e que demonstra todo o seu imenso cabedal de conhecimentos no que diz respeito às reais necessidades viárias do Estado do Paraná, consubstanciadas em um plano que procura contemplar, de forma inteligente e racional, todas as regiões, interligando-as e integrando-as, formando uma malha rodoviária de primeira ordem, por onde haverá de escoar toda a produção agrícola e industrial do nosso Estado.

E evidente, Senhores Deputados, que este não é um plano imediatista, mas sim

Curitiba, terça, em 24.11.92

uma ambiciosa visão dos caminhos para o Paraná do próximo milênio. Serão vinte e oito rotas de transporte que, se implantadas nos próximos vinte e cinco (25) anos, poderão transformar o Paraná, tornando-o, talvez o mais progressista Estado da Nação Brasileira.

No outono do ano de 1990, juntamente com o Professor Eurico Dacheux de Macedo, editamos um livro que apresenta, em detalhes, o plano que ora oferecemos ao Governo do Paraná como uma das mais valiosas contribuições para a construção do futuro de todas os paranaenses. E nossa intenção que o Poder Legislativo, como poder constituído, participe de forma efetiva no desenvolvimento do Estado, propiciando ao Poder Executivo um poderoso instrumento que, independentemente de quaisquer posicionamento político-partidários, lhe permita praticar uma política rodoviária imune a interesses de grupo.

E oportuno que se transcreva trecho da introdução que escrevemos ao livro antes mencionado:

"Hoje Deputado Estadual eleito em 1986, tenho o privilégio de oferecer aos paranaenses, junto com meu pai, um Plano Rodoviário Estadual. Livro para informação dos interessados. Lei ou conjunto de Leis, para contribuição na construção do futuro. Plano para ser executado em 25 anos, no limiar do novo milênio, para integrar os transportes do Paraná, de maneira multimodal, unindo os portos de mar, aos portos fluviais das futuras hidrovias, e aos entreportos de carga das ferrovias existentes, e daquelas ainda por construir.

É uma contribuição do Engenheiro Deputado, filho de pai professor, aos caminhos do futuro do Paraná.

São 28 rotas, algumas incorporando estradas já existentes e já pavimentadas. Outras, melhorando antigos traçados. Outras, completamente novas. Todas, com o objetivo de desenvolver o território e multiplicar a igualdade de oportunidades entre todos os paranaenses.

Implantadas, elas facilitarão a sonhada Civilização Rurbana. Evitarão o inchaço das cidades. Permitirão a vida fluir sem obstáculos por todo o nosso território. Multiplicarão a prosperidade e democratizarão os benefícios. Serão testemunho do nosso empenho pelo bem da boa gente do Paraná."

Melhor que nossas palavras é o próprio projeto que ora apresentamos para análise de Vossas Excelências, e que esperamos mereça total acolhida e aprovação por parte desse douto Plenário.

Complementando esta justificativa, peço a especial atenção de Vossas Excelências para os objetivos específicos para cada uma das vinte e oito rotas, os quais

Pág. 21

por certo esclarecerão quaisquer dúvidas que ainda possam persistir.

Sala das Reuniões, em 26.08.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 368/91

Autor: Deputado Rafael Greca de Macedo

P A R E C E R:

DO OBJETO:

Trata o presente Projeto de Lei da Instituição do Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR que visa em linhas gerais, atender as necessidades de transporte e melhoria dos eixos de escoamento da produção do Estado.

Sua execução está estimada para o decorrer dos próximos 25 anos, com prioridades a serem definidas pelo Poder Executivo, e com recursos correndo por conta das dotações orçamentárias, próprias da Lei de Meios, correspondentes ao período de execução prevista.

DA ANÁLISE:

Analisando especificamente às peças que compõem o presente Projeto de Lei, verifica-se que o mesmo está constituído estruturalmente de 28 grandes rotas com respectivas ramificações e regiões de abrangência.

Vê-se nitidamente que a estrutura proposta, como um todo, procura inter-relacionar de uma forma lógica todas as grandes áreas do Estado economicamente importantes, e outras ainda em desenvolvimento, culminando com vários acessos aos Estados e Países limítrofes, bem como ao Porto de Paranaguá.

DO PARECER:

Evidentemente uma análise profunda do Projeto, face sua inerente complexidade técnica, exigiria estudos de viabilidade econômica embasados em volumes de tráfego, de produção, densidades populacionais e etc.

Recomendamos, portanto, a devida análise por parte da área técnica da Secretaria de Estado dos Transportes, a qual está oficialmente capacitada para este tipo de estudo.

Ressaltamos, outrossim, a profundidade do trabalho elaborado pelo Dr. Eurico Dacheux de Macedo, notável conhecedor dos caminhos do Estado do Paraná, bem como da oportunidade deste Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Rafael Greca de Macedo. Finalmente registramos que nada encontramos de forma que possa obstar a tramitação normal legislativa do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Curitiba, 10 de junho de 1992

(aa) CEZAR SILVESTRI
HEINZ GEORG HERWIG

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 368/91

Autor: Deputado Rafael Greca de Macedo

P A R E C E R:

Súmula: Institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná-RODOPAR, e dá outras providências.

Colheu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça o presente Plano e Lei.

No âmbito desta Comissão de Finanças, converteu-se o mesmo em diligência, para que opinasse a Secretaria dos Transportes, através de seus órgãos técnicos.

Tramitando em regime de urgência, nesta Casa de Leis, a matéria, entendemos que, o estuário natural para a discussão completa da mesma seja o Plenário da Assembleia Legislativa, sem prejuízo da citada diligência.

Nestas condições, não havendo óbices constitucionais, legais e regimentais, mesmo de técnica legislativa, somos de parecer favorável à aprovação.

E o parecer, s. m. j.

Sala das Sessões, 20.05.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente "ad hoc" e Relator

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 11, inciso IV, C/C/ com o art. 36, parágrafo 5º, do Regimento Interno, indico em nome da Liderança do Partido Liberal, o subscritor deste, Deputado Colombino Grassano para compor a recém criada Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará denúncias de irregularidades na Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder do PL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, INDICA, o Deputado João Iensen, para compor a CPI da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) ERONDY SILVERIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, INDICO, o meu nome para compor a C.P.I. da Polícia Militar.

Curitiba, terça, em 24.11.92

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, INDICO, o meu nome para compor a CPI da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, indicamos os nomes dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Oswaldo Trevisan, como titulares e Cleiton Kielse e Toti Colaço, como suplentes, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará possíveis irregularidades na Polícia Militar do Estado do Paraná, aprovada pelo Plenário em 18 do corrente mês.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGENCIA para o Projeto de Lei nº 363/92, que declara de Utilidade Pública a "Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada", com sede em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGENCIA ao Projeto de Lei nº 353/92, de minha autoria, que autoriza doação de terrenos que especifica, para o Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o retorno do Projeto de Lei nº 565/91, para a Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia da próxima sessão (amanhã, 25.11.92), do Projeto de Lei nº 322/92, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que altera a redação da Lei nº 9.320, de 11.07.90, que criou o Município de Santa Maria do Oeste.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, REQUERER Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor GENOR MOREIRA, Vereador do Município de Piraí do Sul.

Na oportunidade solicitamos também, que seja anotado em Ata, e que seja enviado expediente comunicando à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja inserido votos de congratulações e louvor na Ata dos trabalhos de hoje, ao Doutor EURO BRANDÃO, agraciado pela Universidade de Ciências de Okayama, no Japão, com o Título de "Doutor Honoris Causa".

O mestre curitibano Doutor EURO BRANDÃO merece registro especial na história contemporânea do nosso Estado.

Reitor da Pontifícia Universidade Católica, em outubro deste ano, foi agraciado com o título supracitado.

As sucessivas funções que ocupou decorrem de méritos pessoais que ornaram sua personalidade, mercê da sua competência e liderança.

Na cátedra de Engenharia Civil da Universidade Federal do Paraná, marcou época com inovações no ensino de várias matérias do currículo.

Na Administração Pública Estadual foi Secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, com inegável brilho.

Ministro da Educação, nas lides do Ensino Superior seu nome é permanentemente lembrado pela luta encetada por um vestibular mais lúcido, com destaque a língua portuguesa, defendendo sempre a integração entre o ensino fundamental e o universitário.

rio.

Como homem ligado a cultura, é membro da Academia Paranaense de Letras, e na área social, como católico praticante, é lembrado para as grandes causas religiosas assistenciais.

Aliando as comendas nacionais e internacionais que já possui, o nosso voto de louvor por esse novo título internacional de "Doutor Honoris Causa" da Universidade de Okayama, no Japão, que honra o nosso Estado e a gente paranaense.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de PAULA FREITAS, pela passagem do seu 28º Aniversário de Emancipação Política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, GENEROSO DANIEL DE LARA, ao vice-Prefeito, Senhor JOAQUIM MARQUES FRANCO, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de PAULA FREITAS.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, na significativa data - "08 de Dezembro" - prestar nossa homenagem a essa população que com grande júbilo comemora seus 28 anos de existência politicamente emancipada.

A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de PAULA FREITAS já conquistou com administrações municipais e com o respaldo de seus representantes, converte-se satisfatoriamente numa realidade.

Pois, a história de PAULA FREITAS é uma história de trabalho, cujo evento marca, além do seu registro, um município renovado pela fibra do seu povo ao longo desses anos.

E com muito orgulho, portanto, que a população de PAULA FREITAS comemora seus 28 anos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumprimenta a laboriosa população desse importante município, na certeza de que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos que labutam em prol de sua grandeza e de nosso País.

REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Município de PORTO VITÓRIA, pela passagem do seu 28º Aniversário de Emancipação Política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, VICENTE LUIZ SCHAITZ, ao vice-Prefeito, Senhor VITO LUIZ ZAMBONI, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É possível sentir e viver hoje a transformação de PORTO VITÓRIA, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promover, sempre contando com o apoio e a participação de seu povo exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

Portanto, a comemoração dos 28 de Emancipação Política de Porto Vitória, é um evento que marca além do seu registro histórico, um Município renovado pela fibra do seu povo ao longo da história.

Hoje o suprimento regular de energia elétrica, a modernização da agricultura e pecuária, a existência de um eixo de transportes representado por estrada asfaltada.

É um orgulho, portanto, que o povo de Porto Vitória comemora o seu 28º Aniversário. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo já conquistou com o trabalho que vem sendo feito pelas administrações de todos os tempos, e com a colaboração de toda a população, a esperança converte-se em realidade.

Nesta significativa data - "08 de dezembro" - é justo que toda a população receba esta homenagem do Poder Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, REQUER o envio de APELO ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Senador JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, objetivando a sua interferência junto aos Órgãos Federais, no sentido de que urgentes medidas sejam tomadas com referências às denúncias apresentadas pela reportagem do jornal "O Diário do Norte do Paraná", em sua edição do dia 28.10.92, sob o título: "CAFÉ E DRAGAS APODRECEM ESQUECIDOS", que anexamos ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Ao apoiar a postura serena e patriótica do Governo Federal na consolidação de uma real Reforma Administrativa, assumimos compromissos com os anseios maiores do Paraná.

* 2 milhões de sacas em Maringá;

* 10 milhões de sacas no Paraná;

* Estoque de sacas de café armazenadas pelo extinto IBC, que apodrecem causando prejuízos financeiros aos cofres da União, e que revelam a incapacidade, o descaso e a irresponsabilidade de administradores para com a coisa pública, num flagrante atentado aos Direitos do Povo, porque o Governo nada possui que não seja proveniente da contribuição tributária do próprio povo.

* 2 dragas potentes e caríssimas, abandonadas e esquecidas.

* Não é admissível a omissão de cuidado com os bens públicos.

Os Municípios da Região Noroeste do Estado vivem em constante luta no combate e controle da erosão, pela falta e carência de equipamento adequado para a execução destes trabalhos.

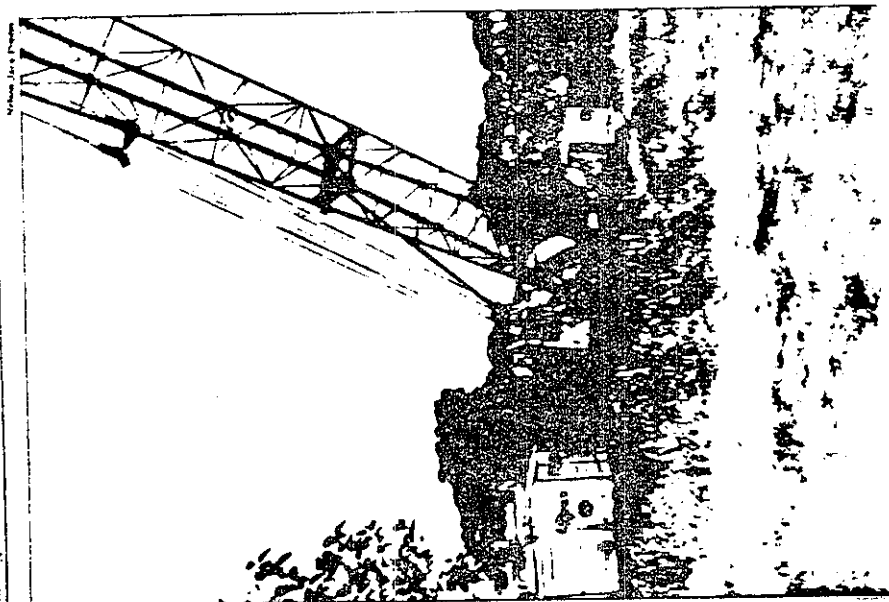
A recuperação destas dragas é viável, e que sejam colocadas a disposição dos Municípios, através de convênios.

Temos a certeza de que seremos merecedores das melhores atenções por parte do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, e nos congratulamos ao mesmo tempo, pelas suas atitudes firmes, corajosas e decididas, já tomadas neste sentido, na certeza de que unidos numa só voz e uma só opinião, e com a ajuda de Deus, dias melhores ainda virão, quando poderemos respirar aliviados porque vencemos, como tantas outras vezes, mais esta batalha.

O DIÁRIO

DO NORTE DO PARANÁ

Maringá, Quarta-Feira, 28 de Outubro de 1992 Ano XIII Nº 5.824 De Terça a Sábado Cr\$ 2.000,00 Edição de Manhã 15 páginas



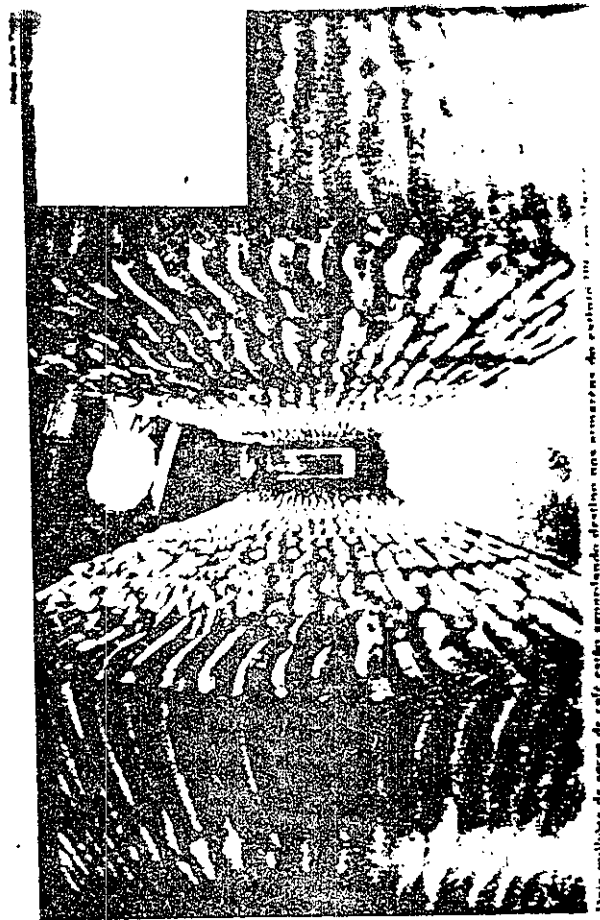
Dragas abandonadas: cerca de Cr\$ 1 bilhão de desperdício

Dragas e dois milhões de sacas de café apodrecem

Duas dragas de Cr\$ 1 bilhão enferrujam e sacas de café, apodrecem em Maringá

Duas potentes dragas foram abandonadas pelo Governo Collor, num terreno da avenida Tuiuti, em Maringá. Enferrujadas, as peças desses gigantes equipamentos estão se soltando, revelando outro exemplo de omissão de cuidado com os bens públicos. Os prejuízos já passaram de Cr\$ 1 bilhão, mas não se trata da única cena do excesso de desperdício nunca punido. A outra cena está em alguns armazéns também esquecidos, onde dois milhões de sacas de café em coco estavam apodrecendo, por falta de análise e conservação.

Pág. 6



Dois milhões de sacas de café estão apodrecendo dentro dos armazéns do estado em Maringá

O DIÁRIO

CIDADES

Maringá, quarta-feira 24 10 02 Página 09

Café e dragas apodrecem esquecidos

Duas dragas apodrecem em um terreno da avenida Tuiuti e dois milhões de sacas de café em armazéns do IBC

Valdinei dos Santos
Especial para O Diário

Duas potentes dragas foram abandonadas pelo Governo Civil, num terreno da Avenida Tuiuti, em Maringá. Os equipamentos estão se soltando, revelando outro exemplo de omissão de cuidados com os bens públicos. Os prejuízos já passaram de Cr\$ 1 bilhão, mas não se trata da única coisa do excedente de desperdício nunca punido. A outra cena está em alguns armazéns também esquecidos, onde dois milhões de sacas de café em cacos se deterioram, por falta de análises e conservação.

O ex-diretor do antigo Instituto Brasileiro do Café (IBC), em Maringá, agrônomo Emílio da Silva, confirma a presença do produto nos depósitos, mas ignora as suas condições. Já no ano passado, havia notícias sobre o ataque do produto por cactos. Se, de fato, isto acontecer, pelo menos uma parte do café apodrecido, ou se desfaz, virando pó, confere a avaliação de um técnico que prefere não se identificar. Com relação aos equipamentos de alto valor desprezados na Tuiuti, sabe-se ainda menos do que irá acontecer.

O último funcionário do, da mesma forma extinto Departamento Nacio-

nal de Obras e Saneamento (DNOS), foi embora de Maringá no começo do ano, após dirigir inutilmente expedições para a transferência das dragas às prefeituras. Não houve interesse em recebê-las, porque o consórcio civilaria muito caro. A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SEDR), em Brasília, que assumiu aquele papel, não deu o DNIUS, negou-se a cobrir os gastos e Collor foi afastado do governo sem conseguir apresentar uma solução capaz de evitar o desperdício.

EQUIPAMENTOS DESEMPREGADOS

As dragas são do tipo intermitentes, usadas para limpeza de rios. Foram abandonadas justamente numa época de intenso saneamento do Pirapó e outras mananciais importantes, cujo volume de água aumentaria com a dragagem do leito. No passado, o DNIUS usou as muito neste trabalho, que segundo o antigo agrônomo e defensorista do órgão, Antônio Carlos de Souza, começou a estorvecer meses após Collor assumir a Presidência da República. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento entrou na lista dos desrespeitados à Nação.

Um dos equipamentos conserva a seguinte inscrição: "Nobis Nerdhaus, sem Deus, de Demokratie, Republik". Outra: "Made in Germany, Baujahr 1964". Número de fabricação, 47340007. São caríssimos, garantem os



Sacas de café em armazéns abandonados nos depósitos do ex-IBC, em Maringá

Informantes. Mais uma inscrição na lateral lembra os critérios usados durante os serviços entregues a uma empresa, a Henrique Melli, contratada do DNOS. O órgão fundado há mais de 50 anos.

"Intervenção de estrada no campo de ação da draga-escavadeira e de entrada a pessoas entrarem ao serviço".

As operações eram realizadas com bastante disciplina e chegaram a li-

brar o volume de água e fauna.

Projetos podem ser editados.

De longe é possível avistar as dra-

gas, devido à sua altura. Muitas pessoas se mostram indignadas, outras apenas lamentam a falta de zelo da Companhia de Desenvolvimento Regional. Na verdade, nunca existiu um critério para a região. O engenheiro do Departamento Nacional de Obras e Saneamento foi removido de Maringá e não o substituíram. O velho prédio do órgão desfeito está ocupado por antigos funcionários do Instituto Brasileiro do Café, mas eles também não sabem informar a respeito do destino do patrimônio abandonado.

Ninguém se arrisca a calcular com segurança o valor do prejuízo até agora, com o empurramento, exposição ao sol, chuva, poeira e a separação de peças das dragas. É fácil porém, descobrir que os danos poderiam ter sido evitados. Um exemplo ainda tem sido evitado. A Prefeitura de Toledo mostrou-se interessada em levar um dos equipamentos, desistindo ao perceber que o consórcio custaria muito caro. Uma sugestão para o Governo Federal efetuar os reparos e colocar as dragas à disposição dos municípios, não foi aceita e veio o pior.

Peças inteiros, caso de uma lança usada em escavações de áreas pantanosas e serviços de combate a enchentes, permanecendo com parte encerrada na terra. O maior investimento, situação amarelada com a chegada do pessoal do extinto IBC, transferido ao Ministério da Agricultura, que instalou um escritório no prédio ao lado. Conforme alguns depoimentos, foi bastante alta a atuação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento na região de 1960 a 1980.

Apesar do crescimento das cidades, retirada da mata rica de beiras de rios, que desproteções passaram a receber toneladas de areia e entulhos, o DNOS começou a enfraquecer. Também em outras regiões a manutenção foi sendo deixada em abandono. Vê-se uma das razões de tal ter decidido

extingir definitivamente aquele órgão. O agrônomo e desenhista Antônio Carlos de Souza continuou em Maringá, assistindo e incentivando as negociações para tentar regularizar os equipamentos nos municípios. Entretanto, já era tarde. As dragas e peças não cresceram muito e os poucos que chegaram à Tuiuti, de lá, foram para a região. O prejuízo seria bem maior de Cr\$ 1 bilhão.

No ano passado o Ministério da Previdência anunciou o envio de Araceli e Maringá, para vistoriar os armazéns dos milhões de sacas de café estocadas em três armazéns do IBC, anexo ao laboratório da Prefeitura de Maringá. Mas não houve confirmação se o trabalho foi realizado. A imprensa não teve acesso às informações e não surgiram reações de agrônomos contra as denúncias de possível encobrimento do produto. Uma delas partiu do diretor local da Companhia Melboramento Norte do Paraná, Anibal Bianchini da Rocha.

Embora seu ministério, o da Agricultura tenha pouco a ver com o caso do IBC, o agrônomo Emílio Araceli da Silva disse que o café será visitado. Ele foi informado por fontes do Departamento Nacional de Economia, encarregado de cuidar do patrimônio. Além das cargas armazenadas em Maringá, uma parte há mais de 20 anos, existem grandes depósitos nas cidades de Jandaia do Sul, Mandaguá, Paranaguá, Londrina, (ruínas do Hotel e Nova Esperança). O total seria de 2 milhões de sacas, enquanto mais 4 milhões estão em Londrina.

A extinção do IBC previu a retirada dos funcionários especializados na conservação dos depósitos. Apesar da baixa conexão internacional para o café, o estoque foi avariado em toneladas de milhões de dólares, não se sabe em quantos e a conservação do

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, sejam oficiados aos Senhores Secretários de Estado da Fazenda e da Educação, para que estudem a viabilidade de liberar, até o dia 20 do mês próximo, para as Prefeituras conveniadas, a parcela do mês de dezembro do convênio da municipalização do ensino do 1º grau.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação visa possibilitar às Prefeituras conveniadas, o pagamento de salários e 13º salário aos professores beneficiados com o convênio, até o dia referido no corpo do requerimento. Caso contrário, as municipalidades não estarão em condições financeiras para atender esses pagamentos, e de via, o quadro funcional será prejudicado em seus interesses de final de ano.

REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor EUCLIDES BOGONI, Diretor e Editor do jornal "Diário do Noroeste", pela inauguração de sua sede própria, e das novas instalações daquela empresa jornalística.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Ao inaugurar a sua nova sede própria, e suas novas instalações, o jornal "Diário do Noroeste", através de seu Diretor e Editor EUCLIDES BOGONI, demonstra que com trabalho e perseverança, é possível vencer todas as crises, principalmente a econômica, quando se acredita na pujança de uma região e na força do trabalho de seu povo.

Fundado em 23 de outubro de 1955, portanto há 37 anos, o "Diário do Noroeste" passou por todas as dificuldades que as grandes empresas de comunicação de nosso País enfrentaram. Talvez até maior, por ser um jornal de uma cidade do interior, mas a fibra e a coragem não deixaram que seu editor, repórteres e funcionários desanimassem; continuaram lutando, continuaram levando em frente os seus ideais, levando aos seus leitores as notícias do que acontecia na Região, no Estado e em outras Regiões.

Hoje, este trabalho está sendo recompensado, a empresa está crescendo. Portanto, só resta parabenizá-los.

REQUERIMENTO Nº 1855

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor DIONISIO ASSIS DAL PRA, contendo votos de congratulações pela inauguração da "TV Imagem do Noroeste", que irá retransmitir as imagens geradas pela "TV Bandeirantes", para toda a Região Noroeste do Estado do Paraná, e parte dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Ao inaugurar a "TV Imagem do Noroeste", que vai retransmitir a programação da "TV Bandeirantes", a Cidade de Paranavaí mostra o seu potencial econômico e o grande desenvolvimento de toda a Região Noroeste de nosso Estado. As imagens da Emissora de Televisão de Paranavaí, vai mostrar para partes dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a pujança do Noroeste e o desenvolvimento de toda uma Região que tem na pecuária e na agricultura o seu grande potencial econômico, principalmente com a citricultura, que vem atraindo a atenção dos agricultores locais como mais uma opção de aproveitamento das férteis terras, que já produz o café, o arroz, o feijão, o milho, e outros cereais, além da agropecuária, que tem suprido o mercado paranaense e de outras Regiões do País.

Portanto, queremos parabenizar não somente Paranavaí, mas todos os Municípios da Região Noroeste do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o egrégio Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor ELIAS ABRAHÃO, solicitando estudos técnicos que viabilizem a implantação, em caráter de urgência, da 5ª à 8ª Série do Ensino de 1º Grau, na Escola Municipal "Professor Ivon Zardo", no Município de Ponta Grossa, já disponível para o próximo período letivo.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Vários abaixo-assinados deverão apontar no Núcleo Regional de Educação, em Ponta Grossa, por iniciativa dos moradores dos Jardim Esplanada, Núcleo Residencial Senador Flávio Carvalho Guimarães, Jardim Boa Vista, Jardim Los Angeles e adjacências, localidades densamente povoadas do Município, solicitando a implantação, com

urgência, da 5.^a à 8.^a Série do Ensino de 1.^o Grau na Escola "Professor Ivan Zardo". Anualmente, os alunos aprovados na 4.^a série daquele educandário se vêm obrigados a buscar em escolas distantes a continuidade dos estudos. Isto os obriga a, diariamente, percorrer grandes distâncias para freqüentar a escola, o que importa em sacrifícios que muito bem poderiam ser minimizados com a adoção do que se pede.

Estaria o Governo do Estado, assim, assegurando à população o que prevê a Constituição do Estado, em seu Capítulo II do Título VI, que trata da Ordem Social e versa sobre a educação.

O que desejam os pais e responsáveis por jovens em idade escolar, é a certeza, a tranqüilidade e a segurança de ter seus filhos freqüentando estabelecimento de ensino próximo de seus lares; o que pode e deve ser viabilizado e assegurado pela autoridade competente.

REQUERIMENTO Nº 1857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações legais e na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer o envio de expediente às autoridades abaixo nominadas, objetivando medidas no sentido de que seja complementada a ferrovia denominada "Central do Paraná", trecho compreendido entre os municípios de Cianorte e Guaíra.

- 1 - Exmo. Sr. Dr. ALBERTO GOLDMAN
DD. Ministro de Estado dos Transportes
- 2 - Exmo. Sr. Dr. JOSE EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA
DD. Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.
- 3 - Exmo. Sr. Dr. ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA
DD. Governador do Estado do Paraná.
- 4 - Exmo. Sr. Dr. MARIO PEREIRA
DD. Secretário de Estado dos Transportes / PR.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que o transporte ferroviário é o meio mais econômico, visto que é o único capaz de atender a transferência de grandes volumes de carga, dos centros produtores para os centros consumidores e aos Portos para exportação.

É extremamente importante a construção desta ferrovia, meta de muitos governantes, porém permanece no esquecimento.

Nunca é demais ressaltar condições favoráveis para esse projeto, e que será de fundamental importância para o desenvolvimento do noroeste do Estado, consolidando assim, essa região paranaense como pólo comercial e corredor de exportação, com benefícios diretos ao Porto de Paranaguá e

para todo o Estado em geral.

Há mais de vinte anos que as classes produtoras e políticas da região lutam pela complementação (faltam 190 km) da ferrovia até Guaíra.

Fatores diversos justificam essa reivindicação:

- O traçado de Cianorte até Guaíra, é bem mais curto (oitenta por cento) que o percurso Guarapuava / Guaíra, o que torna a obra menos onerosa para o Estado.

- Maringá representa hoje, um dos maiores polos de força econômica do Brasil.

- Maringá possui os maiores frigoríficos de bovinos do País, sendo que 80% dos animais abatidos vêm do Mato Grosso do Sul.

- Maringá possui o maior parque industrial de soja do Brasil e conta com uma Bolsa de Cereais a ser considerada o maior centro atacadista depois de São Paulo.

- Na região estão localizadas grandes fábricas de ração e o maior parque moageiro de milho para alimentação humana.

- Cianorte é a Capital do Vestuário do Paraná, o que forma um pólo intermodal de carga ferroviária com grande movimento.

- Estão instaladas na região, grandes indústrias de óleo, que poderiam receber a soja do Mato Grosso do Sul em maior quantidade.

- O potencial econômico dos Municípios de Tapejara, Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Iporã, Francisco Alves, Guaíra e outros municípios vizinhos, que serão beneficiados com a construção desta ferrovia.

- A região é grande produtora de café, trigo, algodão, soja, óleo vegetal bruto etc...

A esses dados, somam-se ainda muitos outros, e é nosso dever, como representante do povo, persistir na cobrança junto ao Governo Federal e Estadual para fazer com que esta ferrovia se torne uma realidade dentro do menor prazo de tempo possível.

REQUERIMENTO Nº 1858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Senador José Eduardo de Andrade Vieira - Digníssimo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, em forma de sugestão, para que se viabilize o aproveitamento do estoque de 10 milhões de sacas de café que se encontram armazenadas nos depósitos do extinto I.B.C., no Estado do Paraná, na promoção de uma campanha de incentivo ao consumo do produto pela população.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná conta hoje com um estoque de 10 milhões de sacas de café depositadas nos armazéns do extinto IBC.

Este produto vem sofrendo um processo de apodrecimento, devido a falta de análise e conservação, o que sem dúvida alguma, acarretará enormes prejuízos aos cofres públicos.

Assim sendo, este Ministério poderia desencadear uma campanha de incentivo ao consumo do produto pela população, hoje tão restrito, face ao preço de comercialização.

O Governo Federal, através de medidas urgentes a serem adotadas, poderia viabilizar a venda deste produto às empresas moageiras e torrefadoras de café, a preços menores aos praticados no mercado interno, e que por sua vez, se obrigariam a repassar à população com preços menores aos praticados no mercado consumidor.

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Itamar Augusto Cantiero Franco - Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil, com a finalidade de que sejam apuradas as responsabilidades pelos prejuízos causados pela deterioração de sacas de café estocadas nos armazéns do extinto IBC, que estariam apodrecendo por falta de análise e conservação.

Da mesma forma, Requer ainda, urgentes providências, objetivando a recuperação de equipamento (dragas) que se encontra abandonado em Maringá, revelando outro exemplo de omissão de cuidado com os bens públicos.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Fazemos parte de um Estado que hoje é uma das grandes expressões políticas do País, e de um povo que vive um desejo generalizado de melhorias.

A imprensa de Maringá vem noticiando nos últimos dias, conforme matéria em anexo - Jornal "O Diário do Norte do Paraná" - Pág. 06 - Edição de 28/10/92, sobre as irregularidades que estão levando ao apodrecimento, dois milhões de sacas de café em côco, somente no Município de Maringá, e que no total armazenado no Estado atinge a soma de 10 milhões de sacas.

No tocante ao equipamento que se encontra abandonado, duas dragas, potentes e caríssimas, sugerimos a recuperação dos mesmos, e que, através de convênios com o Estado e Prefeituras Municipais, sejam colocadas à disposição dos municípios da re-

gião noroeste do Estado, para que sejam utilizadas no controle e combate à erosão.

Não é admissível que o Governo Federal fique à margem de acontecimentos como esses, em que, por flagrante irresponsabilidade dos seus governados, toneladas de alimentos foram perdidas e equipamentos são destruídos pela ação do tempo e de vândalos.

É dever e obrigação do Governo Federal apurar fatos dessa natureza, que revelam a incapacidade, o descaso e a irresponsabilidade de administradores com a coisa pública, num desrespeito ao direito do povo, porque o Governo nada possui que não seja proveniente da contribuição tributária do próprio povo.

O teor do documento que anexamos ao presente requerimento, falará por si mesmo.

(A reportagem mencionada foi publicada no Requerimento nº 1860 neste Diário).

REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Goldman - DD. Ministro de Estado dos Transportes, solicitando medidas urgentes para a retomada e conclusão das obras de construção da Ponte de Guaíra, que liga os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Requer ainda, que do presente se dê ciência do Excelentíssimo Senhor Doutor José Eduardo de Andrade Vieira - DD. Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, objetivando a sua interferência junto aos Órgãos Federais no atendimento a esta reivindicação.

Sala das Sessões, em 24.11.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A construção desta ponte, ligando os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul é fator incontestável de desenvolvimento para os dois Estados.

Esta medida determinará maior celeridade na circulação das riquezas, da expansão das fronteiras econômicas e maior aproximação dos setores produtivos, agropecuários e agroindustriais dos dois Estados, fatores geradores de empregos e riquezas.

Este é o grande símbolo da construção do futuro, antiga aspiração das principais regiões produtoras de grãos do País.

O novo Paraná que construímos, tem que dar exemplos.

O novo Paraná tem que tomar seu lugar à frente do comboio, marcando encontro com o futuro e marchando para o seu destino.

Por isso é preciso ousar... Vamos continuar ousando.

REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando que sejam desenvolvidos esforços junto aos Órgãos Federais visando a recuperação dos equipamentos (dragas) que se encontram abandonadas no Município de Maringá, e posterior aproveitamento dos mesmos pelos Municípios da região, conforme atesta a reportagem do Jornal "O Diário do Norte do Paraná" - pág. 06 - em sua edição do dia 28/10/92, que anexamos ao presente requerimento.

1. Exmo. Senhor Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Governador do Estado do Paraná.

2. Exmo. Senhor Doutor Osmar Fernandes Dias, DD. Secretário de Estado da Agricultura.

3. Exmo. Senhor Doutor Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano.

4. Ao Secretário de Estado do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Sabemos nós que estes problemas todos são por demais conhecidos por Vossas Excelências, mas este Deputado não poderia deixar de levantar sua voz em forma de protesto perante tais aberrações.

Sabemos nós que o momento é difícil, e vemos a cada dia que passa, as soluções parecem fugir para mais longe do alcance, porém não podemos concordar com atos que revelam descaso e principalmente, que revelam irresponsabilidade de administradores da coisa pública, num flagrante atentado ao Direito do Povo.

O teor do documento que anexamos ao presente requerimento falará por si mesmo.

(A Reportagem mencionada foi publicada no Requerimento nº 1860 neste Diário).

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 366/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e que tem como finalidades precípuas o apoio à diretoria do Hospital de Clínicas em ações que visem à melhoria da instituição, assim como propiciar aos enfermos carentes o amparo que for julgado necessário, principalmente às crianças que ali se encontrem internadas.

PROJETO DE LEI Nº 367/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Paraná.

Art. 2º - Todos os hospitais públicos, filantrópicos ou particulares estarão vinculados ao Sistema de Vagas Hospitalares (SVH) na forma de sua regulamentação.

Art. 3º - O Sistema de Vagas Hospitalares (SVH) será coordenado e subvencionado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A implantação e a manutenção do funcionamento das unidades do Sistema de Vagas Hospitalares será realizada mediante convênio com as direções municipais do Sistema Único de Saúde e as Prefeituras Municipais.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Saúde implantará, com base em sua divisão regional as unidades necessárias para funcionamento do sistema.

§ 1º - A coordenação das unidades é de responsabilidade da autoridade sanitária ou seu designado ao nível regional a que ela corresponde.

§ 2º - Cada unidade deverá ter o controle diário das vagas hospitalares e sua disponibilidade em sua área de abrangência.

§ 3º - O atendimento à população pela unidade do Sistema de Vagas Hospitalares poderá ser feito diretamente ou por telefone, cujos números serão divulgados amplamente para conhecimento público.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta da dotação própria da área de saúde.

Art. 6º - A regulamentação e implantação do Sistema previsto nesta lei dar-se-á no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação da lei.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 196 da Constituição Federal e o artigo 167 da Constituição Estadual garantem o acesso universal e igualitário ao

Sistema Único de Saúde. Entretanto, muitas vezes a população tem enormes dificuldades em conseguir as internações necessárias, passando por situações aflitivas e de grande insegurança.

O presente projeto visa dar consequência à referida garantia inscrita nas constituições.

PROJETO DE LEI Nº 368/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Pérola D'Oeste, com sede e foro na Cidade do mesmo nome, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e que tem como finalidade precípua o bem-estar do excepcional, buscando, através de educação adequada, reabilitação e da habilitação para determinadas atividades, inseri-lo na sociedade. Considerando a relevância da medida proposta, encarecemos o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 369/92

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E., com Sede e Foro na Cidade de Sapopema - Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) SEVERINO FELIX

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por finalidade o bem-estar e o ajustamento em geral dos excepcionais, estimular estudos e pesquisas relativos ao problema dos excepcionais.

Pelo exposto, submetemos o presente Plano de Lei à apreciação dos nobres Pares, solicitando ao final a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 370/92

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais que comercializarem óleos combustíveis, no Estado do Paraná, deverão se ade-

quar às normas estabelecidas para proteção do Meio Ambiente.

Art. 2º - Constituem exigências para esse tipo de comercialização:

I - A construção de rampas ou elevadores;

II - Local para armazenamento de óleo queimado para posterior aproveitamento através do processo de refino.

Art. 3º - As empresas interessadas na venda no varejo dos óleos combustíveis deverão fazer seu registro junto à Secretaria do Meio Ambiente, para efeito de controle e fiscalização.

Art. 4º - Para atender o que preceitua o Art. 2º, as empresas comerciais terão o prazo de 180 dias a contar da vigência desta Lei para regularizarem sua situação.

Art. 5º - O não cumprimento do acima disposto sujeitará o infrator às mesmas penas previstas na Lei nº 6.938 (Proteção do Meio Ambiente).

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A grande preocupação no mundo de hoje é com a Ecologia, não nos é lícito aceitar passivamente que o ecossistema que proporciona o equilíbrio ecológico na terra, sejam atingidos e sofrem danos por nossa omissão ou descaso.

Há um certo tempo que o homem vem atinando para os malefícios causados pela desinformação que leva o desrespeito aos dons da natureza.

Este caso tem se mostrado sensível a todos os programas que visem em preservação. Essa preocupação se faz notar na própria constituição do Estado que diz o seguinte no seu Artigo 207:

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se aos Estados, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais."

A própria Constituição do Paraná diz que "cabe" ao Poder Público assegurar a objetividade desse direito.

E o que pretendemos com a presente Lei.

Ocorre que nos dias de hoje a venda de óleos lubrificantes vem acontecendo de forma indiscriminada.

Hoje não apenas a parte de distribuição de combustíveis, que são obrigados a cumprir uma série de exigências com vistas à segurança e a preservação do meio ambiente, em razão do que preceitua o Conse-

Iho Nacional do Petróleo. Vendem o produto: Supermercados, lojas de peças, etc., vem fazendo a mesma coisa.

E a luta pela sobrevivência que obrigam tais empresas a essa diversificação. Acontece que esses produtos vem sendo adquiridos por consumidores que fazem suas trocas em locais certamente inadequados. Em consequência os resíduos são lançados ao céu ou em redes de águas fluviais e mesmo de esgotos, contribuindo com a poluição do meio ambiente.

Nosso objetivo que não tem nada a ver com os comerciantes que trabalham com esses produtos, têm apenas a intenção de preservar em condições condizentes com a necessidade do ser humano, e do meio em que vivemos.

PROJETO DE LEI Nº 371/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e seus órgãos competentes, procederá a implantação do Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE, em pontos estratégicos das rodovias estaduais.

Art. 2º - A implantação se dará de forma paulatina, considerando-se prioritárias as rodovias de maior fluxo de tráfego e maior incidência de acidentes.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Lourenço Fregonese e Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

A atuação do SIATE tem sido exemplar no atendimento de acidentados, quer quanto à presteza e rapidez, ou quanto à competência de seus integrantes. Não são poucas as vidas salvas pela equipe de atendimento ora vinculada ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado.

Entretanto, nesse aspecto, nossas rodovias estaduais estão à merecer das autoridades competentes maior atenção, inclusive, considerando-se que os acidentes que ocorrem nas rodovias são em geral de maior gravidade, ficando as vítimas à mercê de motoristas que passando pelo local dos acidentes, se disponham a remover os acidentados, sem o menor conhecimento de primeiros socorros, o que não raramente pode vir a ocasionar lesões irreparáveis, ou mesmo óbito das pessoas que transportam.

Assim, propomos que o Sistema seja implantado de forma paulatina, priorizando as rodovias onde o tráfego seja mais in-

Curitiba, terça, em 24.11.92

tenso e o índice de acidentes seja mais significativo, até que a médio prazo tenhamos todo o território paranaense coberto por esse eficiente sistema de atendimento à acidentados.

PROJETO DE LEI Nº 372/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os órgãos de administração direta, indireta e as fundações do Estado, facultarão a realização de reunião mensal entre seus empregados e servidores e/ou respectivos sindicatos, associações ou federações, para discussão de temas pertinentes à categoria profissional a que pertençam, assim como assuntos sindicais.

Parágrafo Único - As reuniões serão realizadas no estabelecimento empregador, em local previamente designado, durante a jornada de trabalho e terão a duração de, no mínimo, 1 (uma) hora.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A consolidação da democracia exige que ela não se restrinja ao processo eleitoral ou às instituições públicas. É cada vez mais evidente a necessidade de alcançar a sociedade civil como um todo, entre cujas organizações estão os sindicatos, associações e federações de trabalhadores.

Sabemos que nossos sindicatos têm uma longa história de atrelamento ao estado, o que dificulta sua representatividade. Por isso é fundamental para os trabalhadores que sua organização se dê a partir de bases, ou seja, dos locais de trabalho. Só assim os dirigentes poderão estar sintonizados com os anseios da categoria.

O projeto abre perspectivas no sentido de fortalecer tal tipo de organização, possibilitando a ida dos dirigentes até os trabalhadores, num contato direto, a fim de conhecer sua realidade de perto, inclusive, informando-os sobre as atividades sindicais.

Ao mesmo tempo, cria-se a possibilidade do encontro periódico entre os próprios trabalhadores dos órgãos, num processo de integração e troca de experiências.

PROJETO DE LEI Nº 373/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Todos os cidadãos após completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, terão assegurado ingresso gratuito em quaisquer eventos promovidos ou patrocinados pelo Governo do Estado do Paraná,

bem como nos realizados em estabelecimentos ou instalações de propriedade do Estado, seja qual for a forma de cessão, de caráter cultural, artístico, esportivo ou de lazer.

Art. 2º - A entrada gratuita dos sexagenários será permitida em todas as sessões ou apresentações, independentemente de datas e horários.

Art. 3º - Serão obrigatoriamente reservados, para cumprimento desta lei, 8% (oito por cento) dos ingressos nos eventos em estabelecimentos fechados e 5% (cinco por cento) dos ingressos nos eventos em locais abertos.

Parágrafo Único - Todos os materiais promocionais do evento deverão conter informações sobre esse direito.

Art. 4º - A retirada dos ingressos pelos sexagenários deverá ser feita com, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do evento, nos mesmos locais de venda ou cessão dos ingressos.

Parágrafo Único - No caso da não retirada, neste prazo, da totalidade dos ingressos destinados aos sexagenários, ficam os responsáveis pelo evento autorizados a colocar os ingressos restantes à disposição do público em geral.

Art. 5º - Quando da retirada antecipada do ingresso e do comparecimento à portaria do evento ou sessão, será exigido do portador a apresentação de cédula de identidade ou documento equivalente.

Art. 6º - Os organizadores deverão reservar aos sexagenários lugares em locais que atendam às condições físicas dos idosos que sejam também de fácil acesso às saídas de emergência.

Art. 7º - Esta lei será regulamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da aprovação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.92

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa ampliar e assegurar os direitos dos idosos conforme o previsto no Artigo 223 da Constituição Estadual que determina ao Estado "o dever de amparar pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e proporcionando-lhes fácil acesso aos bens e serviços coletivos." Todos sabemos das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos idosos em nosso País, principalmente por aqueles que dependem de aposentadoria para seu sustento, que compõe a grande maioria da população idosa. Nestas circunstâncias o presente projeto permite aos idosos a fruição da velhice com a diminuição dos impedimentos econômicos atuais. A garantia de acesso aos eventos promovidos

e patrocinados pelo Governo tornará menos ociosa e mais feliz a vida de nossos idosos.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

(Lê):

"A Assembléia Legislativa do Paraná não pode deixar de ouvir o clamor urgente e angustiado das comunidades do Noroeste do Estado.

E o grito, é o apelo veemente de salvação que aquele povo trabalhador e ordeiro vem trazer a esta Casa, por nosso intermédio e de todos os colegas com base eleitoral naquela região.

Somos oriundos do Noroeste Paranaense, mas aqui permanecemos, de segunda à quinta-feira, participando das atividades legislativas de interesse de todo o Paraná. Mas, nos finais de semana, quando retornamos às nossas bases para vivenciarmos as alegrias e tristezas, sucessos e dores da nossa comunidade, onde sempre construímos um viver digno e preocupado com o próximo, é que amargamos a realidade, muitas vezes, cruel, de nossa boa gente.

A nossa região, teve o seu auge com o desbravamento das nossas matas pelo ciclo do café, ocasião em que houve muito progresso. No entanto, hoje, amarga o abandono de sua gente, que deixa sua terra para inchar a capital, formando cinturões de favelados que só vêm aumentar os problemas que normalmente afligem as grandes cidades.

O Paraná possui hoje, cerca de dez milhões de sacas de café armazenado pelo extinto Instituto Brasileiro do Café sendo que dois milhões destas sacas de café, apodrecem em Maringá, causando prejuízos financeiros aos cofres da União. Esse caso, essa irresponsabilidade demonstram a incapacidade dos nossos administradores para com a coisa pública, num flagrante atentado aos direitos do povo, porque o Governo nada possui que não seja proveniente da contribuição tributária do próprio povo.

As dez milhões de sacas de café, estocadas no Paraná, podem ser vendidas para torrefação nacional a preços menores, incentivando o consumo e conseqüentemente o plantio novamente. Os funcionários poderiam ser aproveitados em outros setores da administração federal, bem como os imóveis poderiam ser vendidos ou alugados, conforme a conveniência.

Ainda na Cidade de Maringá, existem duas dragas potentes e caríssimas, abandonadas. Os municípios da Região Noroeste vivem em constante luta no combate à erosão pela falta e carência de equipamentos

adequados. Com a recuperação dessas drags, através de convênios com o Estado e com as Prefeituras Municipais, a utilização das mesmas seria consequência natural.

Sabemos que o Transporte Ferroviário é o meio mais econômico, visto que é o único capaz de atender a transferência de grandes volumes de carga, dos centros produtores para centros consumidores, e aos portos para exportação.

Assim como a FERROESTE, é extremamente importante a construção da Ferrovia ligando Cianorte a Guaíra, que possui um traçado, 80% mais curto, que o percurso Guaraçuva/Guaíra.

A região é grande produtora de grãos, sendo que Maringá é o primeiro pólo de indústrias moageiras de grãos do Paraná, possui frigoríficos que têm cerca de 80% dos animais abatidos no Mato Grosso do Sul, de onde também recebe matéria-prima para suas indústrias moageiras.

Há mais de vinte anos que as classes produtoras e políticas da região, lutam pela complementação da Ferrovia até Guaíra, faltam apenas 190 Km.

Assim como a Ferrovia, é imprescindível a retomada da construção das obras de construção da Ponte de Guaíra que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul.

Esta construção determinará maior rapidez na circulação das riquezas, da expansão de fronteiras econômicas e maior aproveitamento dos setores produtivos, agropecuários e agroindustriais dos dois Estados, o que gerará mais empregos e riquezas.

A malha rodoviária está, como em todo o País, de tal maneira, mal conservada, que o prejuízo ao fluxo dos transportes da produção agrícola paranaense é patente. Não fosse o Estado, nos últimos anos, a construir e conservar o que existe, o escoamento agropecuário do Paraná estaria seriamente comprometido.

A ampliação dos aeroportos da região é absolutamente necessário para que os investimentos externos, nacionais e estrangeiros, possam ter acesso a estas terras abençoadas, que só precisam de incentivos e de condições adequadas para voltarem a produzir riquezas como antes.

A industrialização, ao lado da diversificação agrícola e com a implantação de micro agroindustrias, pode ser a solução a médio prazo para a nossa região.

A reativação dos incentivos dos viveiros de café da citricultura, das frutas tropicais, das plantações de uvas, da produção de hortigranjeiros, do bicho-da-seda, das bacias leiteiras com gado de raça, da piscicultura, enfim, as oportunidades são muitas, mas é preciso o despertar do interesse político, para que os resultados venham com abundância.

As escolas profissionalizantes, no setor têxtil e de couro, propiciarão aos filhos, o caminho certo e seguro da produção, da industrialização, sempre dedicados e atentos a novas técnicas e melhores condições de produção.

A Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que revejam seus programas, reativando, agências, e investindo nos projetos de infra-estrutura e crescimento da nossa região.

Por essa situação de abandono e pobreza generalizada, é que já se esboça um forte movimento separatista em Umuarama, que quer manifestar seu descontentamento pelo esquecimento do Governo Federal, a este povo que desbravou o Noroeste paranaense, gerando progresso.

E, por não concordarmos com estes Movimentos, é que apelamos para a união de todos os colegas, no sentido de formar uma frente ampla e forte para a redenção das regiões mais esquecidas do nosso Estado.

Ao Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Dr. José Eduardo Andrade Vieira, fazemos uma reivindicação, que temos certeza, de que com a sensibilidade de quem conhece a força oriunda da terra, será analisada com seriedade e competência.

Que seja dado ao Paraná, incentivos especiais à indústria, tal qual como é dado aos Estados do Nordeste, pois já existem cidades aqui no Paraná que se assemelham aos níveis de pobreza de lá.

O Paraná quer dar exemplos!

O Paraná quer tomar seu lugar à frente do comboio, marcando encontro com o futuro! Para isso é preciso ousar e nós vamos continuar ousando, temos certeza!

Portanto, é hora de refletir, de recompor o passado de fazermos justiça, esperamos que as sugestões aqui apresentadas, sejam acatadas pelas autoridades governamentais.

Fica o nosso alerta!"

O Sr. Nelson Garcia - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado João Preis, Senhores Deputados e Senhora Deputada, eu gostaria de somar a este seu levantamento na nossa Região Noroeste. Nós sabemos que é uma região que muito contribuiu para o nosso Estado do Paraná e também ao nosso País; e hoje, infelizmente a gente vê um gigante Noroeste abatido pela crise do País e, principalmente pelo esquecimento dos nossos governantes. Temos homens fortes na nossa região, nós temos Deputados valerosos, nós temos gente de capacidade, mas infelizmente nunca fomos ouvidos, porque o nosso dever é cobrar, é ir atrás, mas construir mesmo é só a mando dos poderosos. E a nossa região, como disse o Se-

nhor, pobre! Acabou-se o café, acaba-se a plantação, e o nosso povo vem todo para as capitais, vem para a Capital do Estado do Paraná e outras capitais. Estão se evadindo, está sumindo da nossa região o homem trabalhador; e fica na nossa região os problemas.

Temos na nossa região principalmente na Região Noroeste a Ponte de Guaíra, que ajuda muito no engrandecimento da nossa região, parada. Temos a Ponte do Camargo parada. Se não terminaram a de Guaíra por que começaram a do Porto Camargo? Agora são duas obras paradas. Temos a famosa Estrada do Pioneiro, que liga a Região Noroeste que muito poderia ajudar o engrandecimento de nossa região, parada, levada pelas águas, onde só vê buraco, erosão nessas estradas. Temos o caso principal, o da construção de uma Ferrovia para escoar a produção do Paraguai e também do Mato Grosso do Sul. Não sou contra a construção da FERROESTE, sou a favor, mas porque se está construindo seiscentos quilômetros a setecentos de Guarapuava para ir a Guaíra se nós temos em Umuarama parada essa Ferrovia de Cianorte que, já pronta, quase perto de Umuarama a cem quilômetros de linha reta chegaria até Guaíra trazendo essa produção. Porque não pensar também na região Noroeste?

Então eu fico pensando e me somo as suas palavras, e gostaria que os Deputados aqui desta Casa que representam a Região Noroeste que a cada dia que passa se empobrece mais ainda, nós temos que juntar forças juntos com Vossa Excelência e levar a Região Noroeste aonde ela nunca deveria ter saído que era o exemplo de uma das regiões mais produtivas do Estado do Paraná. E hoje está aí Vossa Excelência relatando e nós estamos somando junto com Vossa Excelência que é o empobrecimento da nossa Região Noroeste.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado.

Agradeço o apoio do nosso companheiro Garcia de Umuarama, e vejo dia a dia o drama de, nós paranaenses, em especial da nossa Região Noroeste do Estado do Paraná.

E ainda tem um detalhe companheiros Deputados, o grande empobrecimento além da perda do café em 1975 nós tivemos inundada Sete Quedas que foi o segundo polo turístico do Estado do Paraná e nada foi dado em troca para a região Noroeste em troca da perda do segundo polo turístico, e queremos dizer mais, também há um projeto do Governo Federal no sentido da construção de uma Usina na Ilha Grande, e até hoje nada aconteceu para o empobrecimento, cada vez mais, do Noroeste.

Com prazer concedo a palavra ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Nobre Deputado João Preis, eu gostaria de parabenizá-lo por esse brilhante discurso que faz em defesa do Noroeste, sem dúvida a região que nós temos o prazer de, aqui ao seu lado, ao lado do Deputado Garcia, do Deputado Dirceu Manfrinato, sermos representantes.

O Deputado Dirceu Manfrinato e eu, que estamos nesta Casa há mais tempo, nos recordamos, como se recordam companheiros que aqui estão, também, de outras legislaturas, do empenho que tivemos quando anunciamos a FERROESTE, nós tínhamos em mãos um estudo feito pela Associação dos Engenheiros de Umuarama, que dava o custo, na época, para se chegar de Cianorte até Guaíra a Ferrovia. E tivemos aqui, a nível de sugestão para o Governador da época, diversos trabalhos que foram em vão.

Nós não conseguimos. O asfalto continua parado em Cianorte, e o Governo Roberto Requião investe em grande parte da FERROESTE, dinheiro do Estado, ajudando, sem dúvida o Oeste, e paralisando obras do porte da FERROESTE no Norte do Estado e em outras regiões, em decorrência do alto custo da FERROESTE, como está hoje, até a presente data, somente o Governo está dando recursos, parece que estão aí procurando recursos para serem alocados, para que dêem uma ajuda, para que não fique só o Estado participando da FERROESTE.

Mas enfim, eu concordo com Vossa Excelência, nós acompanhamos os problemas da nossa região há tempos. O caso da ferrovia nós discutimos em vão. No caso da ponte de Guaíra, nós diversas vezes estivemos em solenidade. Sai ministro, entra ministro, o próprio Ministro Affonso Camargo que teria condições de ter feito e não fez, ou outros ministros que entraram e saíram não fizeram.

Iniciaram a ponte de Porto Camargo, no Município de Icaraíma, que liga também o Mato Grosso do Sul. Na época do Governo Alvaro Dias, foi investido uma quantia muito grande de recursos do Estado, aguardando a promessa do Governo Federal que viriam recursos, o que não veio também.

Nós entendemos sim, a nossa região está acéfala, está precisando de muitas coisas, mas o que precisa é a participação de todos os setores.

O Governo Federal ficou só na promessa. O Governo do Estado, eu me lembro que na época do Governador Alvaro Dias, só na nossa região, meu caro Deputado Nelson Garcia, sem contar os trechos que foram feitos na região de Cianorte, de Umuarama, nós chegamos a passar de cento e trinta quilômetros de asfalto no Governo Alvaro Dias. E temos certeza de que em Cianorte foi muito também.

O Governo Federal mandou a sua contrapartida, mas o que nós precisamos é buscar do Governo Federal contrapartida.

O Deputado Nelson Garcia, que é nosso companheiro de área, sabe da necessidade que se faz de instalarmos em Umuarama, onde a comunidade organizada já deu sessenta quilômetros de terras para que ali seja implantada a escola agrícola, mas também não veio de parte do Governo Federal. Nós não podemos esperar que somente empresários venham salvar a região. Nós precisamos, sim, da participação do empresário, quer seja na área rural, quer seja na industrial, mas precisamos da participação do Governo do Estado e precisamos, sem dúvida, da participação do Governo Federal.

Por isso, eu me somo ao seu discurso e à preocupação dos companheiros da região, discordando sim, discordando deste movimento separatista porque não é se falando em se separar que nós vamos conseguir resgatar aquilo que viemos perdendo em questão de prazos curtos para cá.

Eu acho que com o esforço de nossos companheiros da região e com o apoio dos governos estadual e federal e das nossas políticas nós voltaremos, sim, a ver nossa região trilhar o rumo do progresso e do desenvolvimento.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado, companheiro Nilton Barbosa.

Apenas para concluir, Senhor Presidente.

Nós encaminhamos à Mesa requerimentos encaminhados ao Ministro dos Transportes e Indústria e Comércio. É mais uma tentativa, companheiros, onde o Noroeste solicita, através desses requerimentos, a complementação da obra da ferrovia que liga Cianorte à Cidade de Guaíra; além disso, também, solicitando a retomada e conclusão da construção da ponte Guaíra, que liga o Estado do Paraná ao Mato Grosso do Sul, e solicitamos providências para apurar responsabilidades sobre os prejuízos que estão sendo causados pelo abandono dos estoques de sacas de café nos armazéns do IBC no Paraná e também do abandono em que se encontram duas caríssimas e potentes dragas no Município de Maringá.

Por fim, estamos enviando sugestões para que se promova um programa de incentivo de consumo de café, aproveitando-se a comercialização a preços menores do estoque de café nos armazéns do IBC.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Eu gostaria de ceder ao Deputado João Preis, se ele assim o desejar, o Horário da Liderança do PFL.

O Sr. Arlindo Troian - Deputado, eu solicito um aparte.

O SR. JOÃO PREIS - Pois não, com prazer.

O Sr. Arlindo Troian - Deputado Preis, está de parabéns por fazer este pronunciamento sobre a posição do Noroeste.

Nós sabemos que o Noroeste foi o que mais deu, talvez, na sua época, do café, para o Paraná. E nós vemos os grandes problemas que estão atravessando os municípios circunvizinhos como Umuarama, Cianorte e a região de Paranavaí.

Na sexta-feira o Governo esteve em Paranavaí e nós tivemos a oportunidade, e ele nos prometeu que uma das alternativas que estão sendo implantadas no Noroeste é a citricultura. Mas nós estamos tendo uma barreira muito grande junto ao BNDES, junto às grandes potências do Estado de São Paulo que estão fazendo um "lobby" hoje. Estão impedindo, talvez, a grande indústria de sucos que será instalada em Paranavaí. Mas o Governador dizia em Paranavaí que ele estaria hoje no Rio de Janeiro junto com o Vice-Governador e o nosso Secretário da Agricultura, Osmar Dias. Esperamos que haja um entendimento entre a COCAMAR, a COPAGRA, um grupo americano e o Governo do Estado do Paraná. Que o Governo se dedique intensamente para que seja aprovado este projeto, o financiamento para a instalação da indústria em Paranavaí porque nós sabemos que a região já tem um plantio significativo de laranjas e que é uma das alternativas que virá tentar salvar uma parte do Noroeste do Paraná.

Dizia aqui o Deputado Nilton Barbosa quanto ao problema de escolas agrícolas. Esta preocupação do Deputado em Umuarama é a nossa também. Nós já temos muito mais, temos um prédio de trinta e sete mil metros quadrados, hoje, na Cidade de Diamante do Norte, aonde tem todas as condições de funcionar e reter lá até 1.200 alunos, se for preciso e hoje o que nós vemos, na área federal, nós não temos nada.

Quanto à parte da Secretaria da Agricultura, tem feito tudo para instalação dessa escola agrícola e o governo do Estado está estudando a viabilidade, junto com o Secretário, para que talvez nós possamos ter esta escola funcionando em janeiro, mas é bom e é claro que a sua preocupação com o Noroeste, nós queremos também tirar uma parte do seu pronunciamento para nos unirmos, para que o Governo do Estado, a Secretaria da Educação, enfim, todos os que têm coordenação com esta Escola Agrícola e pelo Noroeste, eles revejam a posição do Noroeste do Paraná com mais carinho. Porque nós sabemos, eu disse bem claro num pronunciamento em Paranavaí na sexta-feira, Romanelli fazia um grande

estamos levando as casas populares para o Noroeste do Paraná é um grande feito, mas eu disse que talvez amanhã essas casas não tenham quem morar lá dentro, se nós não trouxermos ou levarmos alternativas para o Noroeste, para a micro ou agroindústria para poder salvar o que resta ainda.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO PREIS - Agradeço o aparte do nobre companheiro Arlindo Troian, pelo apoio e concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Aproveito a oportunidade que Vossa Excelência me oferece para manifestar a minha solidariedade ao seu discurso que eu estou ouvindo com toda a atenção, na preocupação maior dos interesses do Noroeste.

Vossa Excelência, quando falou em café, devo recordar a esta Assembléia Legislativa que é o Município de Arapongas a sede do maior armazém do IBC de uma unidade maior do mundo, 80.000 m² de área construída num só corpo e está completamente abandonado.

A Prefeitura Municipal solicitou ao IBC que cedesse em comodato aquela área para a implantação de pequenas indústrias, para um aproveitamento melhor, principalmente para transformar aqueles amplos armazéns em escolas de trabalho, reunindo as crianças para que não fiquem na rua, para que aprendam alguma profissão.

É muito profundo o discurso de Vossa Excelência, tem muitas implicações e merece o nosso aplauso e nossa inteira solidariedade, nós que residimos na região onde o café foi o sustentáculo da economia paranaense e que hoje talvez nada mais apresente, porque novos pólos industriais se instalaram na região, outras alternativas foram feitas, os municípios partiram para industrialização como forma de restabelecer o seu desenvolvimento e assim, nós nos preocupamos muito com o futuro deste Estado.

Lamentavelmente temos que debitar ao ex-Governador Alvaro Dias e também ao atual Governador do Estado ter extinto o BADEP, ter proporcionado a intervenção extrajudicial, porque não estaria o Deputado Arlindo solicitando recursos do BNDES que jamais virão, porque não tem aqui no Paraná o órgão que possa receber os repasses de todos os financiamentos para nossa agroindústria e para o nosso processo de desenvolvimento. Nós estamos hoje pagando um alto tributo àquela imprudência do ex-Governador Alvaro Dias, cuja manutenção feita pelo Governador Roberto Requião traz ao Paraná prejuízos incontáveis, traz a nossa economia um grande prejuízo que só o tempo depois haverá de fazer a devida ava-

liação.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado João Preis, ontem o Deputado Relator Heinz Herwig nos dava notícia de que, na quinta-feira, ele pretende ter o relatório conclusivo sobre as emendas à proposta de orçamento global do Estado do Paraná.

Entre as propostas que nós apresentamos, entre as emendas que nós apresentamos à proposta original do Executivo, está uma que me parece vem ao encontro das aspirações e preocupações que regiões castigadas, como a Região Noroeste do estado, que conheço, como conheço ao lado de outros companheiros aqui integrantes desta Casa, dando conta das irregularidades e distorções no processo de execução dos Orçamentos dos Estados. O Orçamento do Estado, Deputado Paulo Grassano, quando elaborado, gestado pelo Executivo, aprovado pelas Assembléias Legislativas, na sua execução passa a apresentar uma série de distorções que decorrem de disfunções do processo de representação, não só política como também social, regiões que têm maior densidade política, maior nível de organização econômica e social, acabam carreando um volume superior a outras regiões carentes de investimentos como é a Região Noroeste do Estado.

Nós vivíamos aqui, por exemplo, na Região Centro Sul do Paraná, uma região que chegou em determinadas ocasiões a ser denominada como o circuito da fome, também esse tipo de distorção.

Eu tive oportunidade de participar há cerca de 4 ou 5 anos da elaboração de um projeto denominado Projeto de Regionalização Administrativa.

Nós partimos de uma visão sistêmica do Estado para propormos um projeto de regionalização que consistia em algumas idéias básicas, fundamentais, que além do orçamento setorial, que é esse que nós recebemos que é o orçamento anual, setorial, isto é, por áreas da administração, nós pudéssemos ter os orçamentos programas regionalizados, porque, acredito, talvez seja esta a única forma de nós termos um acompanhamento efetivo, não só do ponto de vista da concepção da peça orçamentária, como também do ponto de vista da sua execução, porque no momento que nós pudermos ter o Orçamento Geral do Estado como resultante de um cruzamento matricial entre as propostas setoriais, oriundas das diversas áreas da administração e as aspirações regionais, consolidado num plano orgânico, sistêmico e que contemple o conjunto dos interesses e que possa se conso-

lidar no nível de cada uma das regiões em planos regionais de desenvolvimento integrado, isto é o que nos falta. Nós ouvimos aqui, Deputado Preis, a palavra do Deputado de Nova Londrina, Deputado Arlindo Troian, que nos dava conta de recursos físicos, recursos materiais, na cidade de Diamante do Norte, mais do que necessários e suficientes para implantação de uma escola agrícola avançada no extremo noroeste do Paraná.

Já nos dava aqui, o Deputado Grassano, conta de outros equipamentos existentes na região do norte do Paraná. E o que nós temos é um conjunto de informações que precisam ser sistematizadas. E eu estou vendo que ano após ano, e nós tivemos, é interessante aqui como relato, Deputado Preis, nós tivemos esse Projeto que é o Projeto constante da Lei nº 8485 que se consolidou e confirmou através de Decreto Regulamentador, nós tivemos a aprovação do projeto de regionalização administrativa que implicava em regiões administrativas, planos regionais de desenvolvimento integrado, plano estadual de desenvolvimento integrado, conselhos regionais da administração estadual e além disso a informatização regionalizada dos recursos que dispõe o Estado numa extensão disso, que é o Banco de Dados, o BDE, o Banco de Dados do Estado, centros administrativos regionalizados, enfim, um conjunto de providências e medidas que visariam eliminar estas distorções.

E eu aqui, para concluir este aparte, apenas dou conta de que embora a Lei 8485 tenha sido regulamentada, isso seria um passo a frente não só na luta do municipalismo, mas seria um passo frente na ordenação de um plano geral de Governo e de atividades administrativas no Estado. Esse deixou de ser aplicado e deixou de ser implantado em virtude, e este foi o pretexto à época utilizado, de que a criação dos Conselhos Regionais das administrações estaduais, dos escritórios regionais de Governo que consolidariam em estruturas unitárias o conjunto das atividades e ações do Governo, seria um atravessamento ou uma entidade paralela à representação política que é feita pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo.

De modo, Deputado Preis, que eu me associo as suas palavras e aproveito também para dizer que essa distorção, essas distorções que Vossa Excelência apresenta só vão ter solução na medida em que nós possamos confirmar planos de médio e longo prazo para de fato no nível das regiões e no nível da estrutura central do Estado e aí incluído o Poder Legislativo, nós possamos retomar as propostas de planejamento global da atividade executiva e legislativa do Estado.

O SR. JOÃO PREIS - Muito obrigado, Deputado Bona Turra.

Ao Presidente, os nossos agradecimentos em nome do Noroeste do Estado do Paraná, além do grande trabalho que Vossa Excelência tenha desenvolvido como Secretário de Transportes, cruzando a nossa região com asfalto, concede hoje, esses minutos, a mais.

A Liderança do PFL também queremos agradecer pelo seu momento, cedido para a Região Noroeste do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Há muito tempo eu imaginei que o Diário Oficial do Estado fosse um instrumento nas mãos dos diversos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, a fim de dar publicidade aos atos oficiais. Poderíamos até imaginar a extensão, o objetivo do Diário Oficial, que pudesse permitir também levar ao conhecimento da população do Estado, os diversos programas e informações existentes no âmbito do Governo e até mesmo, campanhas educativas, campanhas de interesse público. Todavia eu tenho depurado ultimamente no Diário Oficial do Estado, e que quero exibir a Vossa Excelência, algumas matérias que estão sendo publicadas.

Eu tomei aleatoriamente o Diário Oficial da sexta-feira, dia 13 de novembro deste ano, cuja manchete, bem sintomática, diz o seguinte: "Tadeu França afirma que Requião é a referência política do PDT dissidente". Não me parece ser uma questão de bom senso, transformar o nosso Diário Oficial, cuja tradição e praxe é a de informar os atos oficiais do Governo, transformar esse instrumento, num instrumento de divulgação de fofocas e intrigas palacianas, ainda mais nessa matéria que é uma opinião do Secretário demissionário, que aparentemente procura agradar o Governador do Estado, desmentir fofocas...

Eu, data vênha, Senhores Deputados, não me contive e aproveito até por amor à brevidade, fazer um requerimento à Mesa da Assembléia, embora verbal, para que a Assembléia se manifeste sobre a legalidade da utilização do Diário Oficial do Estado do Paraná para publicação de matérias de cunho eminentemente político-partidário, de fofocas, intrigas e opiniões palacianas. Eu quero crer que não pode ser este o objetivo do Diário Oficial, lembrando a Vossas Excelências que esse Diário Oficial é rodado na gráfica do Estado, com papel público, com funcionários e servidores

públicos, ou seja, com dinheiro público este jornal está sendo rodado. Não me parece que este tipo de matéria esteja enquadrada nas permissões que a Constituição Federal diz com relação à propaganda e à publicidade oficial.

Então, quero fazer esse pedido de esclarecimento à Mesa, para que acione a Procuradoria deste Poder, desta Casa, e que nos forneça um parecer sobre a legalidade - e cito especificamente a Vossa Excelência, Senhor Presidente - da matéria publicada no Diário Oficial de sexta-feira, dia 13 de novembro de 1992, que pode ser utilizada como base para esta consulta, principalmente no que se refere ao seu conteúdo.

Era este o requerimento que eu queria apresentar à Mesa e a esta Casa.

O Sr. Nilton Barbosa - Deputado Ernani Pudell, eu estou aguardando publicação no Diário Oficial para ver, na verdade, inserindo em suas páginas o nome do Secretário Tadeu França. Mas o ato de exoneração do mesmo, não ele dizendo, em comentários...

O SR. ERNANI PUDELL - Era isto, Sr. Presidente. Nós aguardamos para o mais rápido possível a resposta da Mesa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Deputado, o Sr. deve fazer um requerimento por escrito, o requerimento verbal é difícil de a gente atender.

O SR. ERNANI PUDELL - Poderemos fazê-lo, Sr. Presidente. Mas que já fique registrado nos Anais da Casa o nosso requerimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Deputado Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

No primeiro semestre de 1991, o Ministério da Saúde junto com a Secretaria Estadual de Saúde e mais vários municípios assinaram um programa chamado "PRO-SAÚDE" da Região Metropolitana de Curitiba.

Era um programa que propunha investimentos específicos em cada um dos 16 municípios desta Região. Os recursos vindos do Ministério da Saúde seriam alocados na Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná. O convênio previa 4 pontos: reforma e equipamentos de serviços especializados de referência em Curitiba; serviços de emergência, no caso o SIAT; sistema integrado de marcação de consultas e de internação hospitalar; e o quarto treinamento

de recursos humanos. Mais ou menos neste período foram assinados outros convênios também com o Ministério da Saúde. Este, mais especificamente, é o Termo Aditivo nº 06, que foi assinado no dia 22 de novembro de 1991, e a verba recebida é de 6 bilhões 935 milhões de cruzeiros.

Este dinheiro está até hoje depositado no Banco, e por falta de planejamento da Secretaria Estadual de Saúde não foi investido. Agora, a toque de caixa, porque se chegarmos no mês de dezembro e não gastarmos, o Governo terá que devolvê-lo. Então, a toque de caixa faz-se a licitação para compras de ambulâncias, como está acontecendo nesta semana. A toque de caixa, tenta-se comprar computadores para informatização ou fazer reformas de equipamentos.

Como já sabemos isso, provavelmente, se inviabilizará e a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná junto com a região Metropolitana perderão 6 bilhões 935 milhões de cruzeiros. Mas isso parecia até pouco. Se analisarmos todos os termos aditivos assinados pela Secretaria Estadual de Saúde, junto ao Ministério, como o Termo Aditivo nº 05 no valor de 97 milhões de cruzeiros para atender 156 municípios, o dinheiro também está aqui sem gastar. O Termo Aditivo nº 09, que é do combate ao cólera, no valor de 796 milhões de cruzeiros também não está sendo utilizado.

O Termo Aditivo nº 14, assinado com a Prefeitura de Maringá, no valor de 1 bilhão 114 milhões de cruzeiros também não está sendo usado por aquela Prefeitura - e chamo a atenção dos Srs. Deputados da região de Maringá. E ainda mais 974 milhões de cruzeiros, no Termo Aditivo nº 15 que também é de Maringá.

E assim, se nós verificarmos, hoje o montante em dinheiro no Banco do Brasil à disposição da Secretaria Estadual de Saúde é de 18 bilhões 211 milhões de cruzeiros que não vem sendo utilizado por falta de planejamento técnico e por falta de direcionamento político do Secretário Estadual de Saúde.

Isso é muito sério, Srs. Deputados. Enquanto a população paranaense não tem atendimento à saúde, enquanto existe deficiência de controle na área de vigilância sanitária, no que diz respeito às fontes emissoras de íons, ou seja, aparelhos de radiologia, enquanto não há um controle destes aparelhos, dinheiro é devolvido. Não há um controle sobre as doenças que atuam sobre o meio ambiente, como Chagas, esquistosomose, cólera e dengue. Quando nós sabemos que o mosquito da dengue, o "aedes egiphts" é encontrado, hoje, em cem municípios do Estado do Paraná. E dinheiro está sendo devolvido.

Mais grave do que isso: um ofício, da-

tado de 1º de junho de 1992, de nº 789/92 GS, encaminhado ao Dr. José da Silva Guedes, Presidente do INAMPS, num dos itens propõe devolver ao INAMPS o que a Secretaria recebeu por conta de saldo positivo, correspondente a despesas ambulatoriais, nos meses de janeiro e fevereiro de 92.

A Secretaria Estadual de Saúde está devolvendo dinheiro ao INAMPS, ou quando não, deixa no banco e não sabe o que faz com ele, porque não planeja o uso. No entanto, as ações na área de saúde, como eu disse, combate à doença do cólera, não tem se dado como se deve e como foi planejado. Controle dos aparelhos de raio X, não existe no Paraná. E podendo existir no Paraná o mesmo acidente radiológico que ocorreu em Goiânia. E mais: o controle e supervisão que deve existir nos bancos de sangue, sobre o sangue e hemoderivados, é insuficiente o que vem sendo feito pela Secretaria Estadual de Saúde. Estes documentos tramitam, todos, dentro daquela Secretaria.

Portanto, cabe a nós cobrar da Secretaria Estadual de Saúde a execução destas tarefas.

E mais grave também, que com isso se soma ao que vem ocorrendo no nosso Estado, na Fundação Nacional de Saúde. A Fundação Nacional de Saúde foi criada com a incorporação da SUCAM, da Fundação SESC e de uma parte da DATRAPEV. A SUCAM, que tem que controlar o "aedes egiphts", hoje existente em cem municípios, mosquito esse que transmite a dengue, dependendo do verão que tivermos no nosso Estado, a população paranaense terá que conviver com mais uma epidemia.

Não bastasse isso, há um choque entre os dirigentes desta Fundação. O Dr. Hélio Luz e o Sr. José Soares Martins e o Coordenador Regional do INAMPS, Mário Tourinho.

O que nós cobramos é que se cabe a contradição entre estes três dirigentes e passem a atuar na prática, no combate a este mosquito e que resolvam de vez os problemas da Fundação Nacional de Saúde. Porque não basta a incompetência da Secretaria Estadual, ainda se soma a isso, as trombadas e os choques existentes entre estes três dirigentes.

E lógico que a incorporação da SUCAM, a Fundação SESC e parte da DATAPREV criando a Fundação, criou ciúmes entre um e outro dirigentes, como fruto desta reforma administrativa, que tem que ser corrigida.

E é lógico que quando há choque entre dirigentes, quem acaba pagando são os funcionários, que são discriminados. Hoje, cada Fundação, o pagamento dos 500 hospitais do Estado do Paraná, os dados são recebidos, muitas vezes, por escrito e as dúvidas são tiradas por telefone. São hoje

1200 funcionários, 35 do setor de processamento de dados. E estes 35 funcionários para atender 500 hospitais, têm uma única linha telefônica. E é impossível fazer uma boa administração neste atendimento.

O setor de recursos humanos da Fundação não tinha direção até recentemente, colocando uma pessoa que não é da área para receber a função gratificada.

Os servidores têm sofrido a dicotomia que existe entre as duas coordenações locais: a de processamento de dados e a da SUCAM, ou seja, do INAMPS, ou da Fundação Nacional. Isso é necessário sanar para que possa o setor de saúde do Paraná melhorar o atendimento à população. E isto, é lógico, com um bom planejamento da Secretaria Estadual de Saúde deve fazer, porque senão a saúde andarà cada vez mais para o caos - mais do que já está hoje. E vamos cobrar do governo que elabore projeto porque perdemos 18 bilhões e 211 milhões é muito dinheiro para um Estado que somente aloca 3% do seu orçamento para atendimento da área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Com a palavra o quarto orador inscrito, Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa estará vivendo a partir de amanhã, um dos seus momentos mais importantes da sua legislatura, porque estará discutindo e votando um Projeto bastante significativo para o servidor público do Paraná - todos eles, porque estabelece a criação do Fundo de Previdência do Estado.

Já tive nesta tribuna em semana anterior, explicando como é que vai funcionar o Fundo, a sua constituição, a previsão de prazo em que o Fundo assume, inclusive, as aposentadorias. Faltou, naquela oportunidade, nós comentarmos o artigo 69 do Fundo que tem algumas mudanças que foram trazidas pelo Nobre Relator que nos sucedeu o Nobre Deputado Arlindo Troian que, igualmente a nós, tendo ouvido também a classe dos servidores, incorporou novas mudanças, novas conquistas de maneira tal que nós já estamos nos aproximando de um Projeto que representa o consenso, que atende às reivindicações dos servidores e, ao mesmo tempo, são mudanças que ao longo do período de discussões, nós incorporamos ao Projeto e que são mudanças também aceitas pelo governo. Porque são emendas que vêm mostrar que o que o Governo quer é criar um Fundo de Previdência eficaz, duradouro e que ao longo do tempo dê a necessária tranquilidade aos servidores públicos do Paraná.

Sei que talvez o artigo 69 não esteja

ainda totalmente atendendo a ambas as partes. Mas o artigo 69 estabelece o regime único e com a emenda agora recente, incorporada ao Projeto, fixa um prazo de 180 para que o Poder Executivo encaminhe a esta Casa o plano de cargos e de salários.

Este Projeto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ele mereceu apurado estudo por parte do Governo, desde o seu início, quando foi feito um cálculo atual para se saber, o que se poderia arrecadar e quais os encargos que o Fundo teria ao longo de toda sua existência.

Nós procuramos também atender a todos os requisitos legais para darmos ao servidor uma lei que lhe dê tranquilidade ao longo do tempo. Assim, entre os pontos polêmicos, havia a questão da paridade do conselho de administração do fundo, porque é bem verdade que o artigo 41 da Constituição do Estado do Paraná quando trata, no capítulo em que trata dos servidores públicos civis, ali está estabelecido, é assegurada nos termos da lei a participação paritária de servidores públicos na gerência de fundos, e entidades para as quais contribuam. Nós procuramos dar essa participação partidária estabelecendo igualdade de participação entre os...

Senhor Presidente, só para concluir, eu pediria a tolerância da Presidência para conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não é o caso de tolerância aqui. Pode falar.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado, Senhor Presidente.

A paridade, se nós deixássemos par, três de cada lado, sempre haveria empate. Então, nós mantivemos esta paridade acrescentando neste conselho um Procurador da Justiça, que se entende, ele será um fiscal da lei, e daí nós teremos as votações sempre ímpares e, teremos ao mesmo tempo um conselho paritário.

Quando nós estabelecemos no artigo 69 a criação do Regime Jurídico Único, nós estamos fazendo o que é possível no momento, nós estamos incorporando todos os atuais servidores regidos pela CLT ao abrigo dos benefícios do estatuto do servidor público. Com isto, a partir da vigência da lei todos os servidores públicos do Paraná serão amparados pelo Fundo de Previdência, com aposentadoria integral; para o qual o Estado vai contribuir com 10% do total da folha de pagamento e, o servidor também contribui com 10%. Dez são 20% de recursos mensalmente que serão incorporados ao fundo.

Assim, Senhor Presidente, como nós temos hoje uma folha de pagamento da ordem de quinhentos bilhões de cruzeiros, signi-

fica que já no primeiro mês, aos valores de hoje, o fundo terá um caixa de cem bilhões de cruzeiros. E quais os encargos do fundo, de imediato? O fundo, de imediato, tão somente vai responder pelo pagamento das pensões, que hoje são pagas pelo IPE, mais os atuais aposentados, e mais aqueles que vierem a se aposentar nos próximos vinte e quatro meses ainda continuarão recebendo o Tesouro do Estado por um período de doze anos. Com este objetivo nós queremos é capitalizar o fundo para que o fundo efetivamente tenha recursos para atender as aposentadorias integrais.

E o Governo Requião, além do 10% que ele vai contribuir para a previdência, ele vai dar mais 2% do total da sua folha de pagamento para a assistência médica; e nós estaremos utilizando a experiência do IPE e também estaremos com a possibilidade, e a lei diz isso, de adquirir uma apólice de saúde coletiva, de maneira que nós possamos oferecer aos servidores do Estado um cardápio de atendimento médico, e possamos chegar até a livre escolha, levando a assistência médica a todos os rincões do interior do Paraná, onde quer que se encontre o servidor.

Portanto, Senhores Deputados, amanhã estaremos discutindo e votando esta importante lei, a criação do Fundo de Previdência do Servidor Público do Paraná. Vamos todos dar aos servidores do Paraná a tranquilidade e a segurança que eles esperam desta Assembléia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa presença nesta tribuna é em razão de nossa indignação com o atual Prefeito de Cianorte, Sr. Edno Guimarães. A Prefeitura de Cianorte passa hoje por um balcão de negócios. É lamentável, quando temos a representação nesta Casa do Município de Cianorte e temos conhecimento de desastre, de arrombo que está existindo na Prefeitura de Cianorte.

Caro Deputado Mário Bezerra, Vossa Excelência que tem também a representação na nossa cidade, solicito o seu apoio para que, juntos, levemos ao conhecimento do Tribunal de Contas do Paraná o que está sendo feito na Prefeitura de Cianorte.

É evidente, pelos fatos que transcorreram nas eleições do dia 03 de outubro, não me surpreende o que está sendo feito pelo atual Prefeito Edno Guimarães.

Peço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, providências do Tribunal de Con-

tas do Paraná, através do seu Presidente, Dr. Rafael Iatauro, através dos Conselheiros, porque cabe a eles fiscalizar os atos abusivos praticados no Município de Cianorte.

Sem dúvida a conivência do Poder Legislativo de Cianorte tem a sua responsabilidade, uma vez que alguns dos Vereadores postularam a reeleição e não se reelegeram.

O Presidente atual da Câmara concorreu à Prefeitura e não se elegeu. Hoje, procuram devolver à população de Cianorte levando uma Prefeitura à uma pré-falência.

Lamento profundamente que durante os dez anos que aqui estive e que aqui estou, sempre lutei pelos direitos à defesa de Cianorte e vejo um Prefeito destruindo uma cidade, quando a população não merece e quando o cenário político brasileiro exige respeito dos políticos e exige dignidade, acima de tudo.

Só me cabe neste momento pedir, em nome do povo de Cianorte, ao Tribunal de Contas do Paraná, providências.

Meu caro Deputado João Preis, quero parabenizar V.Exa. pela colocação que fez aqui nesta tribuna em relação à Região Noroeste. Sabemos que a Região Noroeste está muito bem representada aqui na Assembléia Legislativa. Temos o Deputado Nilton Barbosa, o Deputado Mário Bezerra, o Deputado Nelson Garcia, o Deputado Basílio Zanusso, o Deputado Troian, o Deputado Cleiton, o Deputado Preis e o Deputado José Alves de Maringá.

Lamento profundamente, Senhores Deputados que representam a Região Noroeste, não temos uma representação da Região Noroeste no Governo do Estado. Temos apenas a representação Parlamentar da maioria dos Deputados da Região Noroeste que dá sustentação ao Governo do Estado.

Acho que cabe aos Deputados tanto estadual como federal que representam a região Noroeste e ainda uma parcela ao Deputado Antônio Annibelli, nós queremos dizer que cabe à região Noroeste pelo número que representa de seus eleitores, e o número de Parlamentares tanto na área estadual como federal tomarmos uma posição porque nós temos o direito como disse o ilustre Deputado Troian, o quanto a região Noroeste contribuiu para enriquecer o nosso Estado, o quanto a região Noroeste contribui através do ICMS, o quanto a região Noroeste contribui para que Curitiba fosse a grande capital do Estado, quantos milhões e milhões de sacas do ouro verde eram produzidas na região Noroeste gerando empregos, trazendo a fartura a todos os paranaenses e a todos os brasileiros que vinham de outros estados.

E nós sabemos que o direito que nós temos na região Noroeste é um direito ad-

quirido pela bandeira que desfraldamos durante muitos anos em defesa do nosso Estado.

Eu parabenizo o ilustre Deputado João Preis, e quero também neste momento ser solidário a este movimento uma vez que nós estamos com o terminal ferroviário paralisado em Cianorte quando praticamente uma grande parte dessa estrada que liga Guaíra a sua terraplanagem já se encontra praticamente uma grande parcela já pronta e apenas falta ser reativada. Acho isso de grande importância para nosso Estado uma vez que nós estaremos também tendo ligações com o Mato Grosso do Sul escoando os produtos da região do Mato Grosso do Sul através do nosso Porto de Paranaguá gerando riquezas ao nosso Estado.

Falaram os ilustres Deputados Nilton Barbosa e Nelson Garcia com relação as pontes sobre o Rio Paraná.

Fala-se em monopólio do transporte coletivo, mas não podemos esquecer, também, do monopólio das balsas que percorrem o Rio Paraná. As vezes não é de interesse de alguns governantes de Brasília porque pode prejudicar algum monopólio de uma balsa onde a concessão é só de um grupo, cobram o que querem, fazem o que querem e não tem ninguém para punir e tomar as providências. Nós devemos fazer um movimento, a Assembléia Legislativa do Estado através dos seus Deputados, através do Governo Roberto Requião, através das Lideranças nossas e do Senador José Eduardo, hoje Ministro da Indústria e do Comércio, do ex-Governador Álvaro Dias que possivelmente será indicado Presidente da Itaipu Binacional, aos Prefeitos da região, a partir de janeiro tomarmos uma posição definida e até mesmo, se for necessário, deslocar todos os Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, ir até a barranca do Rio Paraná em Guaíra e fazer um protesto, um movimento porque o povo não pode viver sacrificado pelo monopólio. Acho isso justo porque nós temos aí pela frente o CONESUL, o interesse de alguns Estados ligados ao Paraná e nada melhor do que termos a Estrada de Ferro para que possamos escoar todos os produtos do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Era isso, Senhor Presidente!
Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Vemos que é muito oportuno o seu pronunciamento, Deputado Manfrinato, nós temos visto no jornal várias publicações inclusive de Prefeitos que estão vendendo suas máquinas, seus equipamentos, isso de fato nós sabemos como é difícil os Prefeitos comprarem seus equipamentos novamente.

Acho que essa Assembléia Legislativa terá que tomar uma providência para que o

Tribunal de Contas de fato possa terminar com essas vendas de equipamentos que os Prefeitos que estão saindo agora têm feito, entregando para os novos Prefeitos a Prefeitura sem equipamento nenhum para execução das suas obras.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PL.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº SPB.1461/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 do corrente mês, em função de compromissos em sua região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a recém-criada Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará denúncias de irregularidades na Polícia Militar do Estado. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a CPI da Polícia Militar. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Annibelli, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando seu nome para compor a CPI da Polícia Militar. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Mirô Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando seu nome para compor a CPI da Polícia Militar. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para integrarem a CPI da Polícia Militar, na condição de Titular e Suplente. **A Direto-**

ria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/92, aprova o Convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza, que criou o CODESUL e o BRDE. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/92
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de outubro de 1992, entre os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, de ratificação e de retificação de atos constitutivos do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que pelo citado convênio passaram a denominar-se, respectivamente, Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e Banco Regional de Desenvolvimento e Integração (BRDI).

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.11.92.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
EURIDES MOURA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 025/91, que altera o Memorial Descritivo contido no artigo 2º da Lei nº 9236, de 30 de abril de 1990 (Município de Tunas).

Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 25.02.91).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 223/92, que autoriza o Departamento de Estradas e Rodagem a contratar diretamente serviço de mão-de-obra volante - bôia-fria, para realização de obras de manutenção. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 117, de 18.08.92).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que institui o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.

Sobre o referido projeto, requerimento da Comissão de Obras Públicas e Comissão de Finanças, de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri e Alceu Swarowski, no seguinte teor (Lê):

"COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
COMISSÃO DE FINANÇAS

Of. nº 113/92

Curitiba, 23 de novembro de 1992.
Senhor Secretário:

Através do presente, estamos encaminhando para apreciação dessa Secretaria, o Projeto de Lei nº 368/92, que visa instituir o Plano Diretor Rodoviário do Estado do Paraná - RODOPAR.

Tal solicitação vem de encontro ao pedido de DILIGENCIA, formulado pelos Senhores Deputados Relatores das Comissões de Finanças e de Obras Públicas desta Casa, para que o referido Projeto de Lei possa ser votado em Plenário.

Assim sendo, e considerando-se que o mencionado Projeto foi retirado da Ordem do Dia por um prazo de cinco (05) sessões, solicitamos suas gestões, no sentido de ser emitido parecer técnico dessa Secretaria, em prazo não superior a cinco (05) dias do recebimento do presente.

Certos da atenção que Vossa Excelência dará ao presente, renovamos nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente da Comissão de Obras Públicas

ALCEU SWAROWSKI

Presidente da Comissão de Finanças

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor MARIO PEREIRA

MD. Secretário de Estado dos Transportes e N/Capital"

• O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - O referido Projeto de Lei deixa de constar, então, da Ordem do Dia, até que venha a resposta da Secretaria dos Transportes, à qual foi endereçada o presente ofício.

Curitiba, terça, em 24.11.92

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 125/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera a redação da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 156, de 04.11.92).

LEI COMPLEMENTAR Nº 59

DATA: 01 de outubro de 1991

SOMULA: Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - São contemplados na presente lei, municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público.

Art. 2º - As unidades de conservação ambiental a que alude o artigo primeiro são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada.

Parágrafo Único - As prefeituras deverão cadastrar as unidades de conservação ambiental municipal junto à entidade estadual responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos e meio ambiente.

Art. 3º - Os municípios contemplados na presente lei pelo critério de mananciais, são aqueles que abrigam em seu território parte ou todo de bacias hidrográficas de mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos.

Art. 4º - A repartição de cinco por cento (5%) do ICMS a que alude o artigo 2º da Lei Estadual nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita da seguinte maneira:

- cinquenta por cento (50%) para municípios com mananciais de abastecimento.
- cinquenta por cento (50%) para municípios com unidades de conservação ambiental.

Parágrafo Único - No caso de municípios com sobreposição de áreas com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, será considerado o critério de maior compensação financeira.

Art. 5º - Os critérios técnicos de alocação dos recursos serão definidos pela entidade estadual responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente, através de Decreto do Poder Executivo, em até 60 (sessenta) dias após a vigência da presente lei.

Art. 6º - Os percentuais relativos a cada município serão anualmente calculados pela entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente e divulgados de Portaria publicada em Diário Oficial e informados à Secretaria de Finanças para sua implantação.

Art. 7º - Fica alterado de oitenta por cento (80%) para setenta e cinco por cento (75%) o artigo 1º, inciso I, da Lei Estadual nº 9491, de 21/12/1990.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALACIO DO GOVERNO EM CURITIBA,

em 01 de outubro de 1991.

(aa) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 125/92

AUTOR: Dep. Cezar Silvestri

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Cezar Silvestri, o Projeto de Lei nº 125/92, ora em análise, tem por objetivo alterar o Artigo 2º da Lei Complementar nº 59, de 1º de Outubro de 1.991, com a seguinte redação:

"Art. 2º - As unidades de conservação ambiental a que alude o artigo primeiro, são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, ÁREAS DE RESERVAS INDÍGENAS, área de relevante interesse de leis - ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada".

Pretende ainda o Nobre Deputado, modificar o Artigo 5º da antedita Lei complementar com a inclusão da seguinte redação:

"Parágrafo Único: Os municípios que forem beneficiados por esta Lei Complementar por abrigarem áreas de reservas indígenas, repassarão, integralmente, o "quantum" correspondente, à Associação Comunitária ou Conselho Indígena, legalmente constituídos, que representem a reserva. Esta instituição procederá à utilização dos recursos de acordo com prévio plano anual de aplicação, com posterior prestação de contas, nos prazos e na forma da

da lei".

Após avaliarmos os aspectos Constitucionais, legais e regimental, verificamos que o presente plano de Lei Complementar não encontra obstáculos, quanto ao trâmite normal nesta Conceituada Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSAO - do Projeto de Lei nº 281/92, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, decreta a criação de hortas nas proximidades das escolas com o objetivo de alimentar as crianças em fase escolar. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.A.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 142, de 15.10.92.)

COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 281/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, tem por finalidade decretar a criação de hortas nas proximidades das escolas com o objetivo de alimentar as crianças em fase escolar.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSAO DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 281/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, tem por finalidade decretar a criação de hortas nas proximidades das escolas com o objetivo de alimentar as crianças em fase escolar.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Sala das Comissões, em 28.10.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

LOURENÇO FREGONESE - Relator

COMISSAO DE AGRICULTURA,
INDUSTRIA E COMERCIO

PROJETO DE LEI Nº 281/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que tem por finalidade decretar a criação de hortas nas proximidades, das escolas com o objetivo de alimentar as crianças em fase escolar.

O presente já obteve pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Esportes.

Da mesma forma, no âmbito das atribuições desta Comissão, nada temos a opor quanto à tramitação e posterior APROVAÇÃO do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/92, de autoria dos Deputados DR. ROSINHA, LYGIA PUPATTO e OVIDIO CONSTANTINO, que dispõe sobre o fornecimento de cópia de controle aos consumidores de serviços públicos, pelas empresas do Estado que realizam medições a domicílio e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 20.10.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 290/92

AUTORES: Dr. Rosinha, Lygia Pupatto e Ovídio Constantino

P A R E C E R:

Trata-se de Proposição visando criar forma de controle pelos consumidores de serviços públicos, das prestações de serviços realizados pelo Poder Público através de empresas estatais.

Inexiste óbice constitucional e em seus aspectos legal e regimental somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 290/92

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados OVIDIO CONSTANTINO, DOUTOR ROSINHA, e da Deputada LYGIA PUPATTO, o Projeto de Lei nº 290/92 visando criar normas de controle pelos consumidores de serviços públicos, nas prestações de serviços prestados pelo Poder Público através de empresas estatais, devendo as mesmas fornecer ao consumidor cópia da medição realizada, sem prejuízo

da inscrição na respectiva conta de pagamento, devendo a mesma ser entregue - ao consumidor no dia da medição, em sua residência ou local onde ocorrer a respectiva medição, é uma medida justa, tendo em vista que dá ao consumidor a oportunidade de reclamar alguma falha antes de ser expedida a guia de pagamento.

Inexistindo óbice constitucional em seu aspecto legal e regimental, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada tem a opor pela sua aprovação legal em Plenário, dando o seu parecer favorável para sua APROVAÇÃO.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a doação de bem imóvel ao Município de Doutor Ulysses, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 160, de 10.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 335/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar o bem móvel que especifica, ao Município de Doutor Ulysses.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa da mesma.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em exame.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sobre a mesa, requerimento nº 1874, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1878, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1849, de autoria do Senhor Deputado Djalma e Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1867 e 1877, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.**

A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1871, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1870, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1853, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1854 e 1855, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1856, de autoria do Senhor Deputado Plauto Mirô Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1857, 1858, 1859, 1861, 1862 e 1860, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.

diente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1863, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 565/91,
do Projeto de Lei Complementar n° 125/92,
e dos de Lei n°s 246, 281, 290 e 335/92.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 592/91, 322 e 363/92.

Levanta-se a sessão.